

O Sentido Fundamental Da Nossa Autocrítica

O ÚLTIMO informe do camarada Prestes, apresentado ao pleno de agosto do Comitê Central, traça o quadro real da situação do Partido e concita a todos os militantes e organismos a empreenderem com audácia a correção dos seus erros. Tomando por este caminho, é certo que o Partido se fortalecerá e poderá superar a contradição flagrante, que hoje se manifesta entre as condições objetivas cada vez mais favoráveis e uma atuação política débil dos comunistas.

SABEMOS que no processo de revelação e correção dos nossos erros, iniciado após o XX Congresso do PCUS, surgiram tendências revisionistas, que levam ao abandono da própria concepção marxista-leninista da vida social e do papel de vanguarda do proletariado na luta pela transformação revolucionária da sociedade brasileira. O revisionismo põs em causa mesmo a necessidade da existência do Partido Comunista, pregando a idéia liquidacionista da sua substituição por organizações indefinidas e heterogêneas do ponto de vista de classe. É necessário, pois, lutar, sem complacência, contra as idéias revisionistas, fazendo-o, porém, dentro do Partido, através dos métodos da discussão e da persuasão, num ambiente fraternal, que exclua a intimidação e as medidas administrativas, como recursos de luta ideológica.

MAS o que é indispensável levar em conta é que o processo de correção dos nossos erros implica fundamentalmente na luta contra as tendências dogmáticas, sectárias e mandonísticas, que se cristalizaram no Partido como uma linha dominante através de muitos anos. Se o revisionismo, como corrente de idéias dentro do Partido, é um fenômeno recente, o dogmatismo é um mal antigo, mais profundo, que afetou não apenas a este ou aquele setor partidário, mas a todo o Partido, principalmente à sua direção. A fonte histórica dos nossos erros reside em todo um corpo de concepções dogmáticas e sectárias, na compreensão da teoria marxista-leninista como um receituário de fórmulas milagrosas e imutáveis, que dispensa o esforço criador dos comunistas para estudar e interpretar a realidade peculiar do seu país, em cada momento determinado. Deste corpo de concepções resultaram os métodos impositivos, cuja nocividade é patente, no trabalho político com os aliados e com as massas, bem como o ultracentralismo antidemocrático na vida interna do Partido.

ÉIS porque Prestes, após afirmar que se trata de lutar em duas frentes — contra o revisionismo e contra as velhas tendências dogmáticas e sectárias — chama a atenção para a imensa tarefa que temos a realizar, pois será difícil e demorado o processo de reeducação ideológica, que devemos empreender, a começar pela nossa própria reeducação, orientada fundamentalmente no sentido da luta contra as tendências sectárias e dogmáticas, que profundamente penetraram em nossa consciência.

A luta contra o dogmatismo, para ser efetiva, para não ficar em palavras, exige um estudo aprofundado e incessante da realidade viva. Este estudo começou a ser levado a efeito por diversos camaradas e também por alguns comitês regionais, ainda durante os debates travados em torno do projeto de resolução de outubro de 1956. No esforço para compreender a realidade, é inevitável que se cometam erros. Não devemos

ser complacentes com os erros, procurando sempre descobri-los à luz da vida prática e da concepção geral da nossa teoria. Mas o pior erro está na declamação vazia dos princípios aliada ao temor de dar o mínimo passo à frente na pesquisa dos fatos novos do movimento real. Sem receber as pechas e os carimbos, sem entregar essa tarefa ao monopólio de um reduzido grupo, cabe a todos os comunistas prosseguir com audácia no estudo e na interpretação da realidade brasileira do ponto de vista dos interesses da classe operária. Cada comunista, por mais modesto, pode trazer a sua contribuição, embora pequena, embora referente a um detalhe muito parcial. É da contribuição de todos que se forma aquilo que se chama sabedoria coletiva do Partido. Nesse sentido, ao lado do esforço individual dos militantes é preciso valorizar o esforço planejado e coletivo dos organismos.

O IMPORTANTE é que haja no Partido uma vigorosa circulação de idéias, é que a divergência e a luta de opiniões, a crítica e a autocrítica se pratiquem sem coerção, sem discriminações dentro das fileiras partidárias, com o propósito de coesionalas ainda mais, de elevar o nível da sua unidade.

A LUTA contra o dogmatismo é impossível, entretanto, se desligada da atividade prática, diária, junto as massas. É sobretudo em nome do êxito de nossa atividade prática junto às massas, que devemos travar a luta contra as concepções e os métodos dogmáticos e sectários. Sabendo valorizar a experiência positiva do passado, cumpre-nos eliminar os métodos e os hábitos de trabalho, que contribuíram para nos afastar dos aliados e nos isolar das grandes massas. Esta questão diz respeito à nossa imprensa, ao seu conteúdo, à sua linguagem, ao seu feitiço gráfico. Se a prática demonstra que a política de imprensa seguida durante dez anos não corresponde ao objetivo de editar jornais de grande difusão, está claro que devemos elaborar uma política de imprensa inteiramente nova. Esta questão diz respeito também ao nosso comportamento dentro das organizações de massa, exigindo a eliminação dos métodos de imposição e de tutela bem como que aprendamos, de fato, no contacto diário, a trabalhar por objetivos comuns com pessoas que não pensam como nós ou que mesmo seguem uma orientação contrária oposta à nossa.

A LUTA contra o dogmatismo exige que saibamos utilizar, no interesse da classe operária, todas as possibilidades, que oferece a legalidade democrática. A prática demonstra que enquanto a fraseologia pseudo-revolucionária afasta dos aliados e das massas de milhões, a utilização multiforme dos recursos da legalidade constitucional facilita a aproximação com as massas, cria condições para a sua ampla organização e para a luta em grande escala por suas reivindicações. É, pois, do interesse da classe operária defender e ampliar as liberdades democráticas, estimulando a tendência à democratização da vida política em curso no país.

A LUTA contra o dogmatismo exige, em conclusão, a aplicação consequente e corajosa da linha política traçada no último pleno do Comitê Central. A correção dos nossos erros deve ser feita ao próprio fogo da luta política, impulsionando a atividade do Partido junto às massas de milhões do povo brasileiro.

VOZ OPERÁRIA

N.º 433 ☆ Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 1957

☆
A juventude de Campina Grande realizou, na data da Independência, um desfile nacionalista, irmanando-se com as forças armadas. A bela paraibana, que tem o globo na mão, simboliza a jovem geração, que luta pela emancipação nacional (Texto na 12a. Pagina)



A Burguesia Nacional Toma Posição Diante do Capital Estrangeiro

TEXTO NA 3ª PÁGINA

☆
O governador Muniz Falcão se encontra afastado do exercício do seu mandato em virtude da provocação armada em Alagoas, por uma coligação reacionária comandada pela alta direção da U. D. N. Na 3ª página, publicamos comentário sobre os fatos, que abalaram o Estado nordestino e repercutiram em todo o país.



Medidas Antioperárias do Governo Argentino

PROMULGAÇÃO DE UM DECRETO ANTIGREVE QUANDO SE REÚNE O CONGRESSO DA C. G. T.

O governo argentino expediu na semana passada um decreto antigreve, que está sendo repellido não só pelas forças políticas de oposição, como até mesmo por vários agrupamentos que até agora tinham apoiado a Junta Militar. Essa reação reflete o alto nível de unidade e combatividade atingido nos últimos meses pelo movimento sindical argentino.

Em face da inflação e do aumento do custo de vida, sucedem-se as greves operárias, em todo o país. Sem contar com a greve monstro de 24 horas, promovida pela Comissão Inter-sindical de Buenos Aires, poucos dias antes das eleições, como protesto contra as restrições aos direitos dos trabalhadores, o número de operários atingidos pelas greves por reivindicações econômicas, nos últimos meses, já atinge a mais de um milhão. Ao expedir o decreto antigreve o governo tentava em vão fazer cessar, com ameaças, a greve dos telefonistas, que iniciando-se em Buenos Aires, já abrange as províncias de Mendonsa, San Juan, Entre Rios, Salta, Tucuman e Santiago del Estero. Dias antes, o governo fora obrigado a atender parcialmente às reivindicações dos telegrafistas. Os operários da indústria do tabaco acabam de paralisar o trabalho, e o pessoal aeronautico anuncia uma greve para breve.

O decreto é considerado pelos meios sindicais como verdadeira provocação, pois justamente agora está reunido o Congresso da CGT, em consequência de poderoso movi-

mento para libertar a grande central operária da junta interventora nomeada pelo governo, logo após a queda de Peron. A maioria dos sindicatos já havia logrado reconstituir a unidade do movimento operário através da Comissão Internacional de Buenos Aires, organização não oficial, mas a reconquista da CGT não cessou um só momento de ser objetivo central, agora em vespuras de ser atingido com a realização do Congresso.

O decreto antigreve é tão impopular que o general Aramburu, pretextando doença, se esquivou a assiná-lo, deixando a ingrata tarefa ao vice-presidente almirante Isaac Rojas, conhecido por suas tendências fascistas e antioperárias.

As novas medidas antidemocráticas do governo argentino chocar-se-ão no entanto com o vigoroso movimento sindical, para cujo ascenso e organização tanto tem contribuído a política unitária do Partido Comunista da Argentina, orientada no sentido da ação comum, inclusive com os operários que ainda se encontram sob a influência da demagogia peronista, para a defesa dos direitos dos trabalhadores, das liberdades democráticas, da paz e da independência nacional.

Outra consequência do movimento popular contra a carestia na Argentina, e que reflete também a complexidade da situação política do país, foi a atitude do Prefeito de Buenos Aires, que, convidado a demitir-se do cargo pelo governo Aramburu, decidiu não só conservar-se no mesmo, como anunciar um aumento geral de salários dos funcionários municipais, atendendo

assim em parte ao que estes vêm reivindicando há vários meses. O desafio lançado ao governo pelo Prefeito está ameaçando nova crise entre as forças heterogêneas e contraditórias que sustentam a Junta Militar.

PROTESTA KUO-MO-JO

O GOVERNO KADAR REPELE A TENTATIVA DE INGERÊNCIA NOS NEGÓCIOS INTERNOS DA HUNGRIA

O grande escritor chinês Kuo Mo-Jo, Vice-presidente do Comitê Permanente do Congresso Nacional Chinês, Presidente da Academia Chinesa e da Federação Pan-chinesa de Literatura e Arte, e do Comitê Chinês de Defesa da Paz, acaba de protestar publicamente contra a discussão da chamada «questão húngara» na Assembléia Geral da ONU. «Trata-se de interferência nos assuntos internos da Hungria», declarou. «A Assembléia Geral da ONU, manipulada pelos Estados Unidos, cometeu mais uma ação criminosa e ilegal». A uma pergunta sobre os fins reais visados pelo Comitê Especial da ONU para a Hungria e sobre o seu relatório, exclamou: «é o caso de um ladrão gritando — péga ladrão». «O objetivo visado é ocultar as atividades subversivas dos imperialistas». «O relatório foi dirigido contra a União Soviética e o Partido Comunista, a fim de enganar os povos». «Constitui uma tentativa de utilizar a ONU para propósitos futuros, distraindo a atenção do mundo dos crimes que estão sendo cometidos pelos imperialistas em Omã, na Argélia e em Chipre.»

«Como podem essas ativi-

Encontro Tito-Gomulka

POLÔNIA E IUGOSLÁVIA FORTALECEM O INTERNACIONALISMO

A recente visita feita à Iugoslávia por uma delegação oficial polonesa chefiada pelo camarada Vladislav Gomulka e as conversações então realizadas com o camarada Josiph Broz Tito constituíram importante contribuição ao reforçamento da

unidade dos países socialistas. Segundo despachos das agências telegráficas, os dois dirigentes acentuaram em suas declarações públicas que o comunismo só pode existir com uma permanente e íntima colaboração entre os países socialistas. Resumindo

riências mais positivas da União Soviética, mas não podem transplantar como «clêpe». «Toda nação deve criar o socialismo numa forma que corresponda às condições nacionais, e sob as condições existentes.»

Terminadas as conversações, foi expedido um comunicado oficial no qual as partes, reafirmando as relações entre os países socialistas e os partidos comunistas e operários de basear-se na igualdade de direitos e não na ingerência de cada um nos assuntos internos do outro. A Iugoslávia proclamou ao mesmo tempo que considera definitivamente as atuais fronteiras entre a Polônia e a Alemanha, o que provocou imediatamente a ira do chanceler Adenauer que chamou a Bonn o embaixador da República Federal Alemã na Iugoslávia.



Marechal Tito

dando a um brinde do Gomulka. Tito afirmou segundo a fonte citada, que «a Polônia e a Iugoslávia, acusadas de desenvolverem o «comunismo nacional», provaram que não aceitam nenhuma forma de comunismo nacional, já que este é impossível e está em contradição com o conceito de internacionalismo». Tito declarou ainda que a União Soviética tem historicamente, dentro do movimento comunista internacional, o papel mais importante. A Polônia e a Iugoslávia têm as suas condições particulares; tomam as expe-



Gomulka

RACISMO OFICIAL

NO ESTADO DE ARKANSAS

Continuam a verificar-se nos Estados Unidos deprimentes manifestações racistas contra a população negra. As recentes decisões judiciais sobre a «integração racial nas escolas» deram lugar à intensificação das atividades da Ku Klux Klan, apoiadas pelos chefes políticos mais reacionários de alguns estados sulinos e até mesmo pelo governador de Arkansas, Orval P. Faubus.

Numa desobediência flagrante a uma decisão judicial, o governador Faubus se recusa a aplicar em seu estado a lei da integração racial, e chegou ao extremo de colocar forças policiais e da Guarda Nacional nas portas das escolas de Little Rock, capital do estado, a fim de impedir a entrada de estudantes negros. Chamado a Rhode Island, por Eisenhower, o governador se manteve inflexível, e reafirmou em entrevista à televisão sua disposição de continuar a impedir a aplicação da lei. Disse que só retirará a polícia e a Guarda Nacional se cessar a afluência de estudantes negros às escolas.

Enquanto se desenvolve o incidente de Arkansas, chegam notícias de outros pontos dos Estados Unidos sobre manifestações contra os negros. Em Nashville, estado de Tennessee, uma multidão de centenas de pessoas, insufladas por um agitador da Ku Klux Klan, dinamitou uma escola pública, para impedir que a mesma recebesse alunos ne-

gros. Na cidade de Charleston, Carolina do Norte, a mãe negra Dorothy Counts, de 15 anos, foi forçada a abandonar a escola secundária onde via obtido matrícula, em consequência de ameaças. Easton, Maryland, foi tomada em frente à residência de duas crianças negras, haviam também obtido matrícula em uma escola pública anteriormente reservada para brancos, uma bomba que devia ter destruído três quartos casas.

A luta secular contra o racismo nos Estados Unidos obteve ultimamente algumas vitórias. O povo negro, apoiado pelas forças progressistas da sociedade americana, particular pelos comunistas, conseguiu obter dos poderes legislativo e judiciário algumas decisões, que significam a ampliação dos seus direitos civis. Está neste caso a decisão sobre a «integração racial» nas escolas. Como nos, porém, pelas notícias que nos chegam dos Estados Unidos, vai uma grande tensão entre as leis anti-racistas e a sua aplicação na prática. Continuam muito vivos os sentimentos racistas, são explorados pelos círculos imperialistas para manter o clima de histeria belicista de perseguições antidemocráticas.

O povo negro e as forças progressistas dos Estados Unidos ainda terão de lutar muito para eliminar do seu país a odiosa chaga do racismo.

Crônica Internacional

A Tendência Para o Alívio da Tensão Internacional

O INFORME de Prestes, aprovado na recente reunião do Comitê Central do P.C.B., inicia-se com uma breve mas aprofundada análise da situação internacional, caracterizada nos últimos anos pela afirmação da tendência para um relativo alívio da tensão internacional.

Essa tendência abre caminho em meio a enormes dificuldades, e tem mesmo sido detida, em determinados momentos, em virtude de ações de agressão, de provocação e de atacamto da «guerra fria» por parte do imperialismo norte-americano e de seus aliados. Daí, diz o informe, a necessidade constante de manter e incrementar a vigilância dos povos na luta pela paz.

Essa necessidade foi salientada ainda há pouco, por um numeroso grupo de dirigentes do Conselho Mundial da Paz em um apelo dirigido aos jovens de todo o mundo, por intermédio das delegações ao Festival de Moscou: «É nosso dever prevenir-vos, para que, apesar de vossa força e vossa felicidade, não permaneçais excessivamente despreocupados... Pedimos que não esqueçais um só instante a luta que se trava hoje, a cada momento, entre as forças da paz e aquelas, que, passo a passo, a elas se opõem... Essa luta não foi ganha ainda...; ninguém dentre nós pode ficar passivo... Só o perigo de guerra e os males advindos da preparação de guerra nos separam de uma paz duradoura».

É indispensável porém compreender, diz ainda o informe de Prestes, a fim de adotar uma orientação justa, que as forças da paz, lideradas pela União Soviética e pelas democracias populares, têm provado ser suficientemente poderosas para desfazer os planos criminosos de domínio mundial do imperialismo norte-americano e alcançar uma evolução da situação internacional favorável aos interesses dos povos.

O alívio relativo da situação internacional é o resultado da atuação de fatores objetivos e subjetivos, cuja influência cresce da arena internacional. O socialismo é hoje um sistema mundial em ascensão; desagrega-se o sistema colonial do imperialismo e surge uma vasta «zona de paz»; as idéias do socialismo adquiriram nos dias de hoje um poder de atração incomensurável, sobre centenas de

milhões de homens; a luta pela paz abrange setores sociais os mais diversos e já pesa de modo considerável na decisão dos acontecimentos.

Esses fatores positivos atuam em aguda contraposição com fatores negativos que constituem ainda uma fonte de graves ameaças, e não podem ser esquecidos. No entanto, nas atuais condições do mundo, as circunstâncias são cada vez mais desfavoráveis ao imperialismo. O alívio da tensão internacional, até agora alcançado, si bem que limitado, pode ser mantido e acentuado, apesar dos recuos momentâneos ainda possíveis de ocorrer. Esta a conclusão da análise feita no informe, e que devemos levar em conta para compreender com acerto as tendências de desenvolvimento dentro de nosso próprio país.

Os fatos ocorridos nos últimos meses confirmam toda essa apreciação. O reagravamento da tensão internacional que se seguiu à agressão ao Egito e à tentativa de contra-revolução na Hungria foi de pequena duração. Em poucos meses já predominavam os fatores positivos, e se afirmava com bastante nitidez a tendência geral para o desafogo e o progresso. O complô contra a Síria e a situação nos países árabes do Oriente Médio mostram que essa tendência abre caminho em meio a graves ameaças, mas que as forças da paz, com a União Soviética à frente, têm sido suficientemente poderosas para desfazer os planos criminosos contidos na «doutrina Eisenhower». A vitória de Adenauer nas eleições alemãs constitui, sem dúvida, um fato negativo. É preciso levar em conta, entretanto, o avanço relativo do Partido Social-Democrático Alemão. No mundo de hoje, são muito poucas as condições para que Adenauer repita os horrores hitlerianos.

O aspecto mais negativo da situação atual é no entanto a ausência de qualquer acordo inicial, ainda que modesto, que abra caminho ao desarmamento. O fracasso das reuniões de Londres da sub-comissão da ONU impõe aos partidários da paz a tarefa urgente de incentivar as suas próprias ações e de estimular as ações das outras forças da paz. Sem abandonar um só instante a luta pela paz, devemos encarar a situação com a perspectiva realista de que os povos podem vencer os círculos belicistas e garantir uma paz duradoura.

Pelo Voto aos Analfabetos, e a Revogação do Art. 58, Mobilizam-se as forças Democráticas

Como reflexo do desenvolvimento democrático e progressista, em ascenso em todo o país, foram apresentadas ao Congresso algumas proposições objetivando assegurar os direitos eleitorais a todos os cidadãos brasileiros.

O projeto Valadares visava facilitar o alistamento eleitoral, ao exigir somente a assinatura do cidadão no requerimento de renovação do título e ao prorrogar o alistamento por mais seis meses.

A emenda Falcão, à Constituição Federal, suscrita por 104 deputados, propõe o reconhecimento do direito de voto aos cidadãos analfabetos.

O projeto Talarico tem, por objetivo restaurar, em sua plenitude, para todos os cidadãos o direito de ser votado, que sofreu a odiosa discriminação de ordem ideológica contida no art. 58 da lei eleitoral.

Os líderes udenistas, entretanto, promoveram e comandaram a obstrução total, na Câmara e no Senado, a fim de impedir o curso do projeto que concedia novas facilidades ao alistamento popular, assim como qualquer andamento imediato da emenda Falcão.

Impressionados com o fato de constituir o projeto Valadares, reivindicação de certas forças reacionárias, com base eleitoral no interior do país, muitos deputados da maioria, inclusive os mais progressistas, colaboraram com a obstrução, negando o número que seria necessário para assegurar as votações. Daí e acôrdo que tiveram de concluir os líderes, chegando a um meio termo na questão do alistamento.

É claro que está no bojo do acôrdo, implícito nela, o abandono de um andamento imediato da emenda de voto aos analfabetos. As forças democráticas entretanto, cumprem mobilizar o povo em todo o país e especialmente os milhões de trabalhadores do interior, para a conquista democrática do direito de voto aos cidadãos analfabetos.

O P. T. B., e o P. S. B., ressaltaram que prosseguiriam na luta pela aprovação da emenda Falcão. Em toda a parte surgem os pronunciamentos e manifestações em favor desse grande passo no caminho da democratização do país. No recente VII Congresso de Jornalistas, que reuniu mais de 600 delegados dos profissionais da imprensa de todo o país, a moção em favor do voto ao analfa-

beto foi aprovada quase unanimemente.

Os comunistas sempre lutaram pelo direito de voto a todos os cidadãos brasileiros. Na Constituinte, os representantes comunistas defenderam intransigentemente suas emendas neste sentido. Estarão à frente da classe operária, juntamente com todos os democratas e progressistas, em todas as fases da campanha eleitoral empunhando a bandeira do voto aos analfabetos.

Odioso resíduo feudal, o cerceamento do direito de voto constitui um entrave ao conjunto do desenvolvimento democrático, ao manter afastada das lutas eleitorais a maioria do povo brasileiro. São milhões de cidadãos especialmente trabalhadores do interior, que tem todos os deveres, inclusive o de morrer em defesa da pátria, e não têm assegurado o mais importante dos direitos, o de participar da escolha dos governantes e legisladores.

Finalmente, a restauração ampla do direito de ser votado, a revogação da restrição inconstitucional contida no Art. 58 da lei eleitoral, constitui objetivo imediato de todas as forças democráticas. Ninguém pôde ignorar que tal dispositivo poderá ser utilizado, nas próximas eleições, como já o foi nas passadas, não só contra os comunistas mas contra os democratas, progressistas e nacionalistas de outras correntes políticas.

A importante questão dos direitos políticos, especialmente dos direitos eleitorais, não pôde ter apenas a solução a que chegou o acôrdo interpartidário. Ao mesmo tempo em que intensificam o alistamento em massa de todos os que forem alistáveis, dentro das normas atuais, as forças democráticas e nacionalistas se empenharão por despertar e mobilizar para a conquista do direito de voto os milhões de trabalhadores, que dele estão privados por odioso privilégio. Ao congregarem todas as forças, através de alianças eleitorais que não de derrotar os reacionários e entreguistas, cumpre ao mesmo tempo, aos democratas e nacionalistas assegurar a imediata revogação do Art. 58 da lei eleitoral, perigosa arma que seria utilizada pela reação para causar sérios prejuízos à frente única nacionalista, não só durante a campanha eleitoral como também na fase da diplomação dos candidatos eleitos.

Comentário Político

O GOLPE UDENISTA EM ALAGOAS

A POLÍTICA em Alagoas, como nas regiões onde mais acentuadas são as sobrevivências feudais, sempre foi pontilhada de ódios e de violências. O latifúndio, a usina de açúcar, os coronéis, que dispõem de tantos e quantos rifles e capangas, a exploração desumana das grandes massas de trabalhadores agrícolas, miseráveis e sem direitos, e cuja revolta individual alimenta o cangaço, — tudo isso forma a base social que condiciona a luta política e explica a constante de sangrentos choques, de assassinatos por empreitada, de ódios arraigados que vão até ao extermínio recíproco de famílias inteiras. O «Sindicato da Morte», sinistra aliança de bandidos, chefes políticos e poderosos representantes do poder econômico, que durante longo tempo atuou abertamente no estado, servindo a vários governos, é uma expressão da realidade social alagoana.

Por isso mesmo é falso, e até ridículo, que mais um assassinato, como o de Arapiraca, em que tombou há meses um deputado udenista, possa servir de justificativa para a votação do «impeachment» do governador eleito pelo povo e muito menos para a decretação da intervenção federal, ainda que em caráter parcial.

O que há de grave nos recentes acontecimentos, e que deve orientar a ação de todas as forças democráticas e progressistas do país, é que o governador ora afastado, à

frente de uma coligação realmente democrática e popular derrotará nas urnas, precisamente, as forças que representavam atraso social no Estado e sempre haviam utilizado a violência contra o povo e as forças democráticas.

A eleição do governador Muniz Falcão resultou da repulsa do povo alagoano ao odioso governo udenista de Arnon de Mello e a tudo que representava como expressão do latifúndio, da usina, da exploração do povo, do entreguismo e da violência contra as forças populares. Sem base nas forças retrógradas, desfraldando a bandeira nacionalista e a defesa das liberdades democráticas, o governador Muniz Falcão, apesar de seus erros e vacilações, assegurou ao Estado um clima de liberdade democrática até então desconhecido em Alagoas.

Durante o governo Muniz Falcão desenvolveram-se e se fortaleceram os sindicatos operários, surgiu com grande impulso e com o apoio do governador o movimento nacionalista na luta contra os planos iníquos de ocupação do nordeste, em defesa do petróleo e das areias monazíticas, foi assegurada a liberdade de imprensa e os cárceres, pela primeira vez, ficaram vazios de presos políticos. O governador alagoano seguiu ainda uma política de aumentar, embora suavemente, os impostos sobre os ricos a fim de realizar obras de interesse popular.

A investida da camarilha udenista de Arnon de Mello dirigida pessoalmente pelo presidente da U.D.N., coronel Juracy Magalhães, representa sério golpe não só no desenvolvimento democrático e nacionalista do povo alagoano. O esbulho do mandato popular de um governador que procurava se apoiar, e só encontrava apoio, nas correntes populares, democráticas e nacionalistas, representa um golpe no conjunto do movimento democrático e antiimperialista do povo brasileiro.

O discurso de Lacerda na Câmara, em nome dos dirigentes golpistas e entreguistas da U.D.N., deixou claro o propósito de utilizar o sucesso parcial que obtiveram em Alagoas como foco de agitação e provocação em âmbito nacional.

Não podem as forças democráticas e nacionalistas vacilar quanto ao verdadeiro significado e aos reais objetivos do atentado, contra a autonomia do Estado e a soberania do povo alagoano, desfechado pelas forças do golpe e do entreguismo, comandadas pela alta direção udenista.

Os acontecimentos de Alagoas revelam os estertores do latifúndio, da usina, do cangaço político, da base social emfim, que luta pela sua sobrevivência no nordeste e que é o principal ponto de apoio dos atuais ocupantes de Fernando de Noronha, dos mortais inimigos de nosso povo, os imperialistas norte-americanos.

A Burguesia Nacional Toma Posição Diante do Capital Estrangeiro

Os debates do Forum Teófilo Otoni, em São Paulo — Revogação da instrução 113 e críticas ao BNDE — A questão do estatismo — Avanço e inconseqüências da corrente progressista da burguesia (não se tratou de mercado interno e externo)

Realizou-se, na semana passada, em São Paulo, o «Forum Teófilo Otoni», promovido pelo «Correio da Manhã» e pela Federação e Centro das Indústrias de São Paulo. Participaram dos debates em torno de temas ligados ao desenvolvimento econômico do país numerosos representantes de entidades da indústria e responsáveis por diversos órgãos da administração pública.

O Forum se constituiu num verdadeiro conclave da burguesia brasileira, que procurou formular as suas posições em face de alguns problemas agudos colocados na ordem do dia pelas necessidades da economia nacional. A III Reunião Plenária da Indústria, recentemente levada a efeito no Recife, e agora o Forum Teófilo Otoni mostram que a burguesia nacional adquire consciência de sua força — resultado do desenvolvimento do capitalismo no país — e formula, com mais vigor, certas reivindicações antiimperialistas. Formase, no seio da burguesia, abrangendo setores da grande indústria, uma corrente nacionalista, que procura delinear o caminho burguês para o desenvolvimento do país. As soluções que apresenta não envolvem transformações profundas e de longo alcance, referindo-se mais a problemas imediatos, de caráter inadiável. Mas, mesmo no que se refere a esses problemas imediatos, agrava-se cada vez mais a contradição entre nacionalistas e entreguistas no seio da burguesia, afetando a própria situação do governo.

ABOLIÇÃO DOS PRIVILÉGIOS AO CAPITAL ESTRANGEIRO

Uma das questões mais debatidas no Forum Teófilo Otoni foi a que se refere ao câmbio e se definiram: a posição nacionalista, expressa pelo sr. Antônio Devisate, presidente

do capital estrangeiro. Duas posições da Federação das Indústrias de São Paulo, e a entreguista, pelo sr. Lucas Lopes, presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

O sr. Antonio Devisate reafirmou os pontos de vista adotados pela indústria na sua Reunião Plenária do Recife. Devem cessar os privilégios concedidos ao capital estrangeiro e que colocam o capital nacional em situação de inferioridade. Assim, por exemplo, a Instrução 113 da SUMOC permite favores cambiais (dólar ao câmbio oficial ou ao câmbio livre), para os investimentos alienígenas e os nega aos capitalistas brasileiros, que fazem aquisição de equipamentos no exterior. «Nunca será demais nossa discordância frontal a essa orientação» — declarou o sr. Antonio Devisate. Afirmou ainda que o capital estrangeiro só é útil se se integra definitivamente na economia do nosso país. Advogou a necessidade de controle e seleção dos investimentos estrangeiros, evitando-se a sua aplicação em setores onde possam concorrer em condições privilegiadas com a indústria nacional.

Convém lembrar que, na sua reunião do Recife, exigiram os industriais que a autorização para novos investimentos estrangeiros seja submetida sempre à consulta prévia da Confederação Nacional da Indústria. Isto evidencia,

está claro, a disposição da burguesia industrial de disputar ao imperialismo norte-americano o controle dos pontos decisivos da economia brasileira.

PORQUE FALTAM RECURSOS AO BRASIL

Enquanto diversos participantes do Forum sustentaram a importância primordial dos investimentos nacionais para o desenvolvimento do país, o sr. Lucas Lopes defendeu a tese oposta, que coloca esse desenvolvimento na dependência do capital estrangeiro. A tese se fundamenta no argumento de que países subdesenvolvidos, como o Brasil não conseguem poupar suficientes recursos para a acumulação capitalista e carecem decisivamente dos recursos exteriores.

O que os entreguistas como o sr. Lucas Lopes omitem é que o baixo nível da acumulação capitalista no Brasil se deve fundamentalmente a apropriação de uma considerável percentagem da renda nacional pelo imperialismo norte-americano, através das inversões diretas, dos empréstimos, do comércio exterior e de outros canais. E' este saque constante dos valores criados pelos trabalhadores brasileiros, que priva o país de maiores recursos econômicos para a sua industrialização.

O capital estrangeiro pode ser útil ao progresso do nosso país, mas é indispensável

submetê-lo a um controle rigoroso e privá-lo dos privilégios de que tem gozado até agora.

O CASO DO BNDE

Sendo insuficiente a acumulação capitalista nacional, acontece que ela sofre ainda o desfalque resultante da orientação do BNDE, que é presidido pelo sr. Lucas Lopes. Dos círculos industriais têm partido, ultimamente, críticas àquele banco estatal, que financia com o dinheiro do povo brasileiro empresas imperialistas como a Light e a Bond and Share. O sr. Roberto Campos, conhecido entreguista e superintendente do BNDE, se esforçou no Forum, para justificar essa orientação antipatriótica.

REVOGAÇÃO DA INSTRUÇÃO 113

O mesmo sr. Roberto Campos fez a defesa da Instrução 113. Mas a maioria dos congressistas submeteu-a a severas críticas e opinou pela sua revogação, tendo em vista fazer cessar um privilégio cambial de que gozam as inversões estrangeiras em face do capital nacional.

ESTATISMO E PETRÓLEO

Outro ponto central dos debates foi a questão da intervenção do Estado na esfera econômica. Aliás, o objetivo do «Correio da Manhã», ao tomar a iniciativa de promover o Forum, era o de alimentar a campanha contra o chamado «estatismo», desen-

cadeada, como se sabe, com o intuito de liquidar o monopólio estatal do petróleo.

E' verdade que existe nos círculos da indústria e do comércio um sentimento de animosidade contra a intervenção estatal, que deriva do enorme burocratismo do aparelho de Estado brasileiro e do fato de que a sua intervenção na esfera econômica se faz muitas vezes em favor do imperialismo. O «Correio da Manhã» e outros órgãos da grande imprensa têm procurado explorar esse sentimento para orientá-lo em sentido do inverso, isto é, contra a Petrobrás, que é uma empresa lucrativa, vitoriosa no sentido econômico e — o que é decisivo — uma conquista da luta do povo brasileiro contra o imperialismo norte-americano.

Ouviram-se, no Forum Teófilo Otoni, diversos pronunciamentos contra a excessiva intervenção estatal na economia. A questão do monopólio estatal do petróleo, entretanto, não foi submetida a debate. Nem tampouco houve quem ensiasse advogar a causa da refinaria de Capuava. Os resultados podem ser considerados não satisfatórios para o «Correio da Manhã».

QUESTÕES DECISIVAS, QUE FICARAM À MARGEM

O Forum Teófilo Otoni abordou ainda outros importantes problemas econômicos: inflação, deficit orçamentário,

retração do crédito, política tributária, mercado de títulos, etc.

O Forum pôs de manifesto uma tomada de posição mais firme da burguesia nacional em defesa de um curso progressista e independente em oposição ao imperialismo norte-americano. Na luta pelas reivindicações antiimperialistas, que interessam ao progresso da nação, o proletariado marchará em aliança com a burguesia nacional.

O Forum revelou, porém, como já antes o fizera a Reunião da Indústria no Recife, que a burguesia nacional ainda teme abordar certos problemas, cuja solução implica em medidas de longo alcance e em transformações profundas da estrutura econômica. Assim é que ficou de parte a questão crucial da estreiteza do mercado interno e da necessidade de ampliá-lo através da reforma agrária.

Também ficou de parte a questão da abertura de novos mercados, com o estabelecimento de relações com todos os países, superando as discriminações impostas pelo Departamento de Estado norte-americano. Diversos ramos da indústria nacional já sentem a necessidade de mercados externos. Por outro lado, as insuficientes disponibilidades de divisas — que este ano serão ainda mais reduzidas — impõem aos industriais brasileiros a procura de outras fontes de suprimento de equipamentos, que não os Estados Unidos. Ai está o exemplo da Índia, que vem importando em larga escala equipamento soviético. Este exemplo precisa ser seguido pelo Brasil.

Assim, pois, o Forum revelou o avanço da corrente progressista da burguesia e, ao mesmo tempo, as suas inconseqüências.

A Liberdade do Indivíduo na U. R. S. S.

...A CADA UM SEGUNDO SEU TRABALHO

POR MARK VISTIN

"De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo seu trabalho". Tal é o princípio do socialismo que impera na URSS. A ele está também condicionada a remuneração. Aquele que trabalha melhor e com maior fruto, cujo trabalho é mais qualificado e exige maiores conhecimentos, maior experiência, ganha mais. São também levadas em conta as condições de trabalho: onde elas são mais difíceis, por exemplo nas minas, nas oficinas de altos fornos, etc., o salário é maior. Os mesmos princípios regem a distribuição das receitas nos colcosos. O que trabalha com mais produtividade no campo, na granja de gado, receberá maior participação nas receitas da fazenda coletiva.

Como escreveu Vladimir Lênin, fundador do Estado soviético, a economia soviética não se constrói "só à força de entusiasmo, senão com a ajuda do entusiasmo engendrado pela Grande Revolução, sobre o interesse pessoal, sobre o proveito pessoal, sobre o rendimento econômico..." Por isso, o pagamento do trabalho em nosso país estimula a energia, a iniciativa, o aperfeiçoamento profissional. Todo o sistema de salários de operários e empregados, a distribuição das receitas nos colcosos, assim como os preços de compra do Estado para os produtos agro-pecuários, tende a assegurar o fruto de trabalho. Se as tarifas ou os preços existentes não servem de suficiente estímulo, são elevados. Assim ocorreu nos últimos anos em alguns ramos da agricultura, onde foram aumentados em forma considerável os preços de compra do Estado.

Se o operário é empreendedor e conhece bem seu ofício pode achar novos caminhos para elevar o rendimento do trabalho, aperfeiçoar as máquinas e os métodos de produção, sobrepassar em muito a norma estabelecida. Esses operários avançados — inovadores da produção socialista — percebem de três a quatro mil rublos mensais.

Se o colcosiano cultivou boa colheita, se o engenheiro inventou uma máquina nova que tenha demonstrado boas qualidades, se o selecionador obteve uma nova classe de trigo que possui boas qualidades, se o escritor publicou um livro que foi bem recebido pelo grande público e com uma grande tiragem, todos têm asseguradas boas receitas. E ninguém sentirá prevenção alguma contra essas pessoas acomodadas. Qualquer salário ou receita proveniente do trabalho pessoal e da atividade criadora do indivíduo são completamente legítimos na União Soviética.

Na URSS não está proibido senão um gênero de receitas: o lucro capitalista (qualquer que seja a forma desde o empréstimo até o lucro industrial). Por outro lado, esses lucros são impossíveis na URSS, onde não existe a propriedade privada sobre os meios de produção, onde todos os recursos naturais e materiais das forças produtoras são propriedade socialista.

Ao mesmo tempo que dá a todos a possibilidade de trabalhar na medida de suas forças e de sua capacidade, o sistema soviético assegura e salvaguarda o direito de cada um à propriedade do fruto de seu trabalho pessoal, assegurando o crescimento dessa propriedade. O Estado vai ao encontro dos desejos e dos gostos de muitos trabalhadores, ajudando-lhes, por exem-

ple, a construir casas próprias. Os Soviets locais concedem terreno gratuito calculado para construir uma casa com edificações adjacentes e plantar pequena horta ou jardim para aqueles que o solicitam. O Banco Comunal do Estado lhes facilita um empréstimo a longo prazo e as instituições onde trabalham lhes ajudam a adquirir os materiais de construção, lhes proporciona meios de transporte e, a médo, lhes enviam especialistas da construção. Somente em 1956, os operários e empregados construíram em cidades e aldeias da URSS 115.000 casas próprias. Em 1957 foram consignados 1.350 milhões de rublos de créditos para a edificação de moradias individuais, quase 50% mais que em 1956.

Cada um pode dispor de suas receitas e de suas economias à sua vontade e fazer testamento a quem deseje. Se alguém tenta viver a custa de outro, apoderar-se da propriedade alheia, é castigado severamente pela lei. "O direito dos cidadãos à propriedade pessoal sobre as receitas e economias provenientes do trabalho — diz a Constituição da URSS —, sobre a casa de moradia e a economia doméstica auxiliar, sobre os objetos da economia e uso doméstico e sobre os objetos de consumo e comodidade pessoais, assim como o direito de herança à propriedade pessoal dos cidadãos, estão protegidos pela lei".

Mas o leitor pode dizer: — Claro, tudo isso não está mal, mas como vivem os que não batem recordes nas fábricas nem escrevem livros? E estes são a maioria... Precisamente essa maioria

enche os estabelecimentos comerciais e teatros, os estádios e palácios de cultura, adquire de ano para ano mais roupa e artigos de conforto de qualidade superior e portanto de grande preço, aparelhos de rádio, televisores, etc. E é esta maioria que, de ano para ano, se vai alimentando melhor. Segundo a Direção Central de Estatística, o consumo de carne e toucinho, por habitante, nas famílias de operários e empregados, aumentou, em média, em 62% em relação a 1940; o consumo de peixe e de derivados em 92%, o de laticínios em mais do dobro, etc. Durante este lapso de tempo as famílias operárias quase duplicaram a aquisição de tecidos com a particularidade de que o aumento nos tecidos de lã foi de quase o triplo e no calçado de couro algo menos do dobro, etc. A progressiva elevação do nível de vida é muito mais perceptível entre os colcosianos. Basta dizer que, somente em 1956, as receitas em dinheiro e em espécie dos camponeses aumentaram em 12%.

E para terminar, precisamente a maioria da população do país permite constatar que a média de duração de vida na URSS aumenta sem cessar: em 1927 era de 44 anos e hoje alcança a 64, contra 32 anos de antes da Revolução de Outubro. A estatística fala da diminuição da mortalidade, do aumento da longevidade dos soviéticos: em 1956 a quantidade de óbitos na URSS, por cada mil habitantes foi de 7,7 contra 8,2 em 1955, quer dizer, bastante menos que na maior parte dos países do mundo.

O nível de vida do povo soviético aumentou em 12%.

(CONCLUI NA PAG. 9)

PLENO DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA ESPANHA

O CC do Partido Comunista da Espanha distribuiu o seguinte comunicado:

«O Comitê Central do Partido Comunista da Espanha reuniu-se, em sessão plenária, nos dias 7, 8 e 9 do corrente. A ordem do dia constava dos seguintes pontos:

- 1) A situação política e as perspectivas
- 2) A organização de uma jornada nacional de demonstração pacífica contra a ditadura.
- 3) A evolução da questão agrária sob o regime Franco.
- 4) A comemoração do 40º aniversário da grande Revolução Socialista de outubro.

O informe do Biró Político sobre o item 1º da ordem do dia foi apresentado pela camarada Dolores Ibarruri. O Comitê Central votou uma resolução aprovando o Informe, bem como a gestão do Biró Político desde a última assembleia plenária.

O camarada Vicente Sainz apresentou informe sobre o item 2º. O Comitê Central aprovou uma resolução de uma jornada de reconciliação nacional, pela anistia e as liberdades públicas, contra o encarceramento da vida e a política econômica da ditadura.

O informe sobre o item 3º foi apresentado pelo camarada Juan Gomez. O Comitê Central votou uma resolução aprovando o mesmo, bem como um apelo aos camponeses apresentando soluções concretas pelo Partido Comunista.

O camarada Fernando Claudin apresentou informe sobre o 4º item. O Comitê Central votou resolução aprovando o informe que deverá servir de base a todo o trabalho ideológico e de propaganda entre as massas sobre a comemoração do 40º aniversário da grande Revolução Socialista de outubro.

Finalmente a assembleia plenária do Comitê Central elegeu o camarada Juan Rejano para o cargo de membro titular, vago em virtude do falecimento do camarada Cristobal Errandonea.

10 de setembro de 1957.

O Comitê Central do Partido Comunista da Espanha».

Quando, pelas condições peculiares da revolução na China, os camaradas chineses foram forçados a evacuar as cidades e a marchar para o campo, jamais abandonaram o trabalho do Partido entre a classe operária nas cidades. O trabalho entre os operários, pela unidade e organização da classe operária, pelo fortalecimento do Partido nas empresas, jamais pode ter menor importância que o trabalho entre os camponeses.

Também não é justo alimentar nenhuma atitude de indiferença para com o trabalho entre os camponeses. A indiferença ante um problema tão importante como o problema camponês, nas vésperas da revolução, não passa de um aspecto da negação da luta para implantar o poder revolucionário.

A experiência do Partido Comunista da China indica que a única linha política acertada é a criação da aliança dos operários e camponeses e sobre sua base a formação da frente única. Ao lutar pela organização da frente única, a tarefa fundamental do Partido não consiste em realizar conversações e conferências de cúpula. Os blocos e a unidade de ação com os vários partidos políticos são necessários. Mas se os operários e os camponeses não estiverem solidamente incorporados na frente única, não se pode contar com sua existência verdadeira e muito menos falar do papel dirigente que o Partido nela deve exercer. O trabalho entre os operários e os camponeses é o trabalho fundamental e primordial do Partido. Podemos mesmo afirmar, como nossos camaradas chineses, que a frente única é a expansão da aliança operário-camponesa. Isto quer dizer que a essa aliança unir-se-ão a pequena burguesia, os intelectuais e a burguesia nacional. Todas essas forças devem ser ganhas para a frente única, tal como acentua o camarada Mão Tsé Tung, ao afirmar em seu trabalho «A Revolução Chinesa e o Partido Comunista da China»:

«Em consequência disso, na revolução democrático-burguesa da China — considerada que seja do ponto-de-vista de seu agrupamento de combate (a frente única) ou de seus componentes nacionais — não pode ser menosprezada a posição do proletariado, do campesinato, dos intelectuais e de outros elementos da pequena burguesia. Quem quer que afaste o proletariado, o campesinato, os intelectuais, ou qualquer outro elemento da pequena-burguesia, não poderá resolver o

EXPERIÊNCIAS DA REVOLUÇÃO CHINESA

Carlos Marighella

problema do futuro da China, nem qualquer outro problema.»

Lição importante do Partido Comunista da China foi sua preocupação com os intelectuais, e em particular com a juventude e os estudantes. Em face do atraso cultural das massas, os intelectuais, sob a liderança do Partido, podem influir, através de seu trabalho específico, na elevação da consciência do povo. Os intelectuais revolucionários e, especialmente os jovens e os estudantes, desempenham um papel importante na ligação com as massas e jamais se deve renunciar à utilização do seu trabalho entre o povo. O camarada Mão Tsé Tung afirmou: «Todos os camaradas devem compreender que uma correta política para com os intelectuais é uma das importantes condições para a vitória da revolução.»

Outro problema é o da burguesia nacional. Dentre as forças que participam da frente única, esta merece uma referência à parte.

Em vários trabalhos como «Tática da luta contra o imperialismo japonês» e «Notas introdutórias ao «Comunista», o camarada Mão Tsé Tung analisou os aspectos mais importantes da frente única com a burguesia nacional. Por causa da opressão nacional por parte do imperialismo, a burguesia nacional, em certas circunstâncias e sob certas condições, pode aliar-se ao proletariado, sem que, entretanto, deixe de vacilar, em virtude de sua fraqueza econômica e política.

Nesse caso, a burguesia nacional não é inimiga, constitui mesmo uma das forças da revolução democrático-popular. Daí não se segue, evidentemente, que ela seja a força principal da revolução. A experiência da Revolução Chinesa assinala, porém, que é igualmente falso só ver o lado negativo e reacionário que sempre há na burguesia nacional, sem ver o seu lado progressista e positivo. Devemos fazer uso desta força não para nos

apoiarmos nela como a principal força da revolução, mas para fazê-la marchar sob nossa liderança ou pelo menos neutralizá-la no momento adequado. Dirigir a burguesia é realmente uma nova experiência para o proletariado.

De acordo com a lição extraída da prática da Revolução Chinesa, o Partido, na frente única, deve manter sua independência de classe e sua autonomia, bem como sua independência de organização. Em quaisquer circunstâncias, os comunistas, para a realização do seu trabalho, jamais devem deixar de estar sob a liderança e a disciplina do Partido. A burguesia, pela sua condição de classe, tem um caráter dual. Opõe-se ao imperialismo, mas também explora a força de trabalho. Ela apóia a atividade dos comunistas na luta em defesa dos interesses nacionais, mas seus interesses de classe estão em conflito com os do proletariado. É preciso estar em guarda, portanto, e não cometer o erro de confundir o programa, a política, a ideologia e a atividade prática do proletariado com os da burguesia.

Para ganhar a burguesia nacional e dirigí-la, devemos ter uma política justa, levar em conta os seus interesses comuns, progressistas. Nossa política com a burguesia nacional não pode ser muito à esquerda nem muito à direita. Se é muito à esquerda nós a afastamos da frente única. Se é muito à direita corremos o risco de ficar a reboque, comprometeremos o trabalho de mobilização dos operários e camponeses. O camarada Mão Tsé Tung afirmou certa vez que uma coisa importante na linha política do Partido é saber unir com a burguesia e também lutar contra ela. Daí, porque, ao unir e lutar contra a burguesia, agimos, nesse caso, com limitações. A limitação da luta contra a burguesia nacional é para não deixá-la abandonar o campo

da revolução. A limitação da unidade com ela é para não comprometer nossas reivindicações políticas, não abandonar nosso trabalho de mobilização das massas e garantir levar a revolução até o fim.

Outro fator importante para conquistar a liderança do proletariado é que devemos ter nossa própria força. Quando o Partido Comunista da China fez a frente única com Sun Yat Sen, que representava as forças da burguesia nacional revolucionária, já tinha suas próprias forças no movimento operário e já havia começado o trabalho no movimento camponês. A experiência da Revolução Chinesa mostra que o caminho básico é trabalhar sob dois aspectos: de um lado, ao mesmo tempo, mobilizar os operários e camponeses e expandir nossas forças.

Por fim, de acordo com a experiência do Partido Comunista da China, as formas de frente única devem ser as mais variadas, das de baixo nível às de alto nível, desde comissões, uniões, círculos, associações, até às formas mais elevadas, como a Frente Única Nacional Anti-Japonesa ou a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, forma que a organização da frente única democrática do povo chinês assumiu, ao ser estabelecida a República Popular da China.

Tais os principais aspectos sob os quais podemos examinar a questão da frente única, à luz dos ensinamentos da Revolução Chinesa.

Em resumo, podemos afirmar que são os seguintes os fatores indispensáveis para a frente única:

- 1º) Uma tática correta, palavras de ordem corretas, uma linha correta, pois sem isto não podemos dirigir.
 - 2º) A liderança do Partido deve contar com o apoio das vastas massas, porque sem isto não haverá liderança. Esta liderança é o principal fator da aliança entre os operários e camponeses, base indispensável à frente única.
 - 3º) Cooperando com a burguesia, devemos ter nosso próprio objetivo político definido e nossa linha política. Se nos comprometemos com a burguesia, a revolução não será da natureza que sustentamos ser.
 - 4º) É preciso unidade ideológica no Partido e forte disciplina.
- Levando em conta estes fatores, asseguramos o caminho para a vitória.
- (No próximo número, início da IV parte — «A questão das formas de luta».)

Fazer a Luta Interna, Mas Voltar'o Para as Massas

Apolônio de Carvalho

Nosso Partido sente hoje, mais que nunca, a necessidade de uma luta ideológica intensa em duas frentes: O revisionismo base-se no tipo de sociedade em que vivemos, na correspondente composição social de nossas fileiras, na ausência de luta ideológica permanente; e, nos últimos tempos, no surto econômico e político do capitalismo em nosso país, nos objetivos da burguesia e do proletariado nesta etapa de libertação nacional, na política comum de frente-única; e ainda na enorme pressão ideológica desencadeada pelas forças imperialistas, à base das revelações do XX Congresso. E', por nós, no momento, o desvio mais agudo — o que arrasta atividades anti-partidárias e divisionistas. Por sua vez, o revisionismo acompanha toda a nossa formação como Partido, valeu-se com o culto à personalidade e pesa, de maneira funda e permanente, em toda a nossa atividade — nas relações partidárias e nas ligações com as massas. Ele freia a correção de nossos erros, dificulta a busca e a compreensão do que há de novo na nova situação criada em nosso país e no mundo.

Essa luta interna não se pode fazer, porém, debaixo de pés, desligada da vida e dos problemas da classe operária e do nosso povo. Nosso Partido existe para interpretar a vida em movimento, a realidade em transformação — e para atuar sobre elas, à frente das massas. Por isso mesmo, a luta ideológica deve fazer-se voltada para essa missão junto às massas, dada para a vida. As manifestações do revisionismo estão dirigidas para todos: o abandono das posições de classe, a renúncia a uma política independente do proletariado, a negação ou dúvida sobre os princípios básicos do marxismo-leninismo, o abandono do dogmatismo, sobre o qual ainda se discute muito de maneira abstrata. Necessitamos esforçar-nos por ver, dentro do nosso meio social, o que ele significa, quais as suas revelações, suas causas e como corrigi-las.

O marxismo ensina que tudo está em processo permanente desenvolvimento. Tudo muda, na natureza, na sociedade e, no produto delas, também na consciência dos homens. Por isso mesmo, as teses, as doutrinas, devem também ser vistas em movimento. São reflexos da realidade — e devem modificar-se com as modificações da realidade. Se tomamos uma tese, uma tese, como algo petrificado, que não está sujeito a mudanças, então a transformamos num dogma. Passa a ser uma fórmula, sem reservas, para todo lugar e toda época. O marxismo não é uma coleção de fórmulas — e não de fatos concretos. Por isso, para a teoria da prática, coloca-se acima das condições da época e do meio ambiente, não leva em conta a crítica da vida, das novas necessidades e a experiência dos homens.

O marxismo, como ciência do desenvolvimento da sociedade, não reconhece fórmulas imutáveis. Ficar nas fórmulas é parar-se em relação à vida. O marxismo desenvolve-se para interpretar, de modo justo, a própria vida em desenvolvimento. Ele, sempre, em conta a realidade concreta, econômica e social, que muda de uma época para outra, de um para outro país ou região.

Não se deve esquecer que, para nós, a manifestação fundamental da realidade é a vida social, são as condições de existência, as aspirações e as lutas das massas trabalhadoras e das demais forças da sociedade. Por isso, o marxismo é expressão dos interesses e da vida das massas. E' a ciência da classe operária — e a causa do proletariado só pode triunfar com as amplas massas populares. E' um guia para interpretar de modo justo as necessidades, os problemas e as tendências das massas — e refleti-las e solucioná-las através da política dos partidos comunistas. Assim, deve tomar aspectos novos, segundo a sociedade a que se aplica.

Eis porque o dogmatismo é incompatível com a teoria marxista. Ele paralisa, degrada a doutrina. Mas nós sabemos que, sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário. Os partidos comunistas têm, pois, necessidade absoluta de enriquecer, desenvolver criadoramente nossa teoria. Com o apoio em seus princípios básicos, o marxismo deve tomar a forma elaborada que corresponde a cada país, a cada momento, a cada realidade social.

Apesar disso, o dogmatismo revelou-se e continua a revelar-se, intensamente, em nossa atividade partidária. Nosso Comitê Central já mostrou que isso provém, entre outras causas, da formação histórica do Partido, de seu fraco nível ideológico, de influência ideológicas estranhas. Em particular, o idealismo pequeno-burguês e suas tradições caudillescas e insuficiente conhecimento da teoria desviaram-nos da compreensão da revolução como fenômeno de massas, como obra de milhões. Daí, as deformações da justa relação entre a missão do Partido, como vanguarda, e o papel das massas. E, como consequência natural, a subestimação da importância decisiva da atividade e da responsabilidade dos militantes de base. A força criadora dos PP. CC. está, justamente, na ação consciente e orientada de seus membros junto às massas trabalhadoras. Só ela, unida ao domínio da teoria, permite sentir e assimilar as necessidades, o pensamento e as iniciativas do povo, que trazem o selo de nossa realidade social. E' com esse material que o Partido elabora a riqueza de sua experiência, de sua sabedoria coletiva. Sem estimular a atividade de seus militantes, o Partido fica desligado das massas, desligado da realidade social, o que limita — quando não anula — sua capacidade criadora.

A história de nosso PCB mostra bem, ao lado de poderosos movimentos de massas, de posições justas e audazes, essa subestimação do papel dos membros do Partido e das organizações de base. Basta citar a parte restrita dos militantes (e mesmo de boa parte dos dirigentes) na elaboração e correção de nossa linha política, o atraso no esforço de educação ideológica, o uso limitado da crítica e da autocrítica, o excesso de centralismo. Dessa concepção errônea deveriam decorrer, naturalmente, os métodos de imposição, no interior do Partido; e, fora dele, a tutela das massas, o alheamento face a suas experiências, iniciativas e tradições. Sem um ambiente democrático que despertasse e estimulasse entre os membros do Partido o interesse e a responsabilidade pelo conjunto de nossa política e de sua aplicação, ficava o Partido sem suas forças naturais no seio das massas trabalhadoras. Ora desligar-se das massas é desligar-se da realidade, pois esta se

revela, fundamentalmente, através de sua parte viva que são as condições de existência do povo, suas exigências, suas lutas.

Nessas condições, a assimilação de teses e experiências tinha que ser feita em base subjetiva, de forma dogmática. Um exemplo: sem um contato estreito com as grandes massas de nossa juventude, com seus problemas e particularidades, criamos para ela um só tipo de organização de vanguarda — a UJC. Baseamo-nos para isso, em boa medida, no modelo do glorioso Komsomol soviético. A experiência parece mostrar, porém, que esse modelo não corresponde, como um todo, a importantes características das massas juvenis do Brasil, como sejam sua diversificação, a enorme diferença de seus níveis de organização e de consciência, os reflexos que lhe vêm da pluralidade de partidos políticos, de nossa atuação de partido semi-legal. Adotamos, o modelo sem crítica, sem levar em conta nossa realidade social. E não conhecíamos essa realidade precisamente porque não nos ligamos ainda profundamente às massas de jovens, para saber como vivem, o que querem, como pensam — e porque querem e pensam assim.

Outro exemplo: Nosso Programa contém reivindicações gerais justas, para os diferentes setores da nação. Muitas delas eram interpretadas, de modo dogmático, como a pedra de toque do trabalho de massas, em qualquer momento e lugar. No entanto, as condições novas e a variedade da vida econômica e social do país, põem à frente, continuamente, como problemas imediatos, novas necessidades e reivindicações, cuja solução as massas desejam antes de tudo. E' destas, portanto, que devemos partir, em nosso trabalho cotidiano e em nossas plataformas eleitorais unitárias. E só as definiremos de maneira justa se nos ligarmos intimamente ao povo, se o ouvirmos, se vivermos seus problemas do dia a dia.

Ainda um exemplo: alguns de nós temos abordado o problema do movimento nacionalista de modo unilateral, marcando o aspecto ideológico de tal forma que resulta na subestimação do problema político da frente-única. E' verdade que necessitamos absolutamente definir as posições de classe, dada a influência do nacionalismo burguês em nossas fileiras. Mesmo assim, fazemos isso de maneira dogmática. Partimos da compreensão clássica de nacionalismo, como ideologia de toda uma classe, típica de uma época em que a burguesia dirigia, sozinho, a luta pelo mercado interno e pelo poder político. Deixamos de ver as características de nossa realidade e de nossa época e as particularidades do movimento nacionalista brasileiro que não é produto de toda uma classe — mas de parte apenas da burguesia; que não é monopólio dessa classe — e sim um movimento de frente-única, em que o proletariado e sua ideologia têm um papel decisivo a representar; que se processa num país dependente e na época em que 2 sistemas

dividem o mundo e em que a libertação nacional não é possível sem a solidariedade internacional das forças que defendem a paz, a coexistência pacífica e, assim, a marcha para o socialismo.

Essa incompreensão também é produto de uma integração insuficiente com o nosso meio social.

O combate ao dogmatismo tem um caráter concreto. Ele exige o conhecimento da teoria marxista leninista e da realidade concreta, nacional e local. A integração com a realidade não é, porém, em essência, uma tarefa de gabinete. E' mais que tudo, a integração com a vida social, com as massas, com seus problemas e tradições e ensinamentos, nos diferentes setores da população. Essa integração não se pode fazer sem a iniciativa ampla e consciente do conjunto dos comunistas. A luta contra o dogmatismo está pois, indissolúvelmente ligada ao estabelecimento de um regime amplamente democrático em nossas fileiras, à valorização do título e da responsabilidade de militante do Partido, ao estímulo por todos os meios à atitude nova de nossos militantes que agora, manejam a arma da crítica, começam a estudar e a debater e a participar na solução dos problemas do Partido e do país.

Desligada das massas, de seus ensinamentos, a luta contra o dogmatismo — ou nega-se a si mesma ou serve de cobertura às posições revisionistas. E' o caso dos que vêem o caminho brasileiro da revolução como produto da pesquisa apenas da situação atual, no mundo e no país. Não levam em conta a experiência internacional sistematizada e confirmada — nossa teoria marxista-leninista; e não vêem nossas lutas populares, as tradições e experiências de nosso povo, a história e a experiência de nosso Partido. De um lado, desprezam o marxismo-leninismo; de outro, adotam uma posição nitidamente dogmática, desligam sua análise de todo o processo social, no mundo e em nosso país. Onde se vê que o revisionismo está intimamente ligado ao dogmatismo.

Outra maneira dogmática de combater o dogmatismo é a que consiste em querer corrigir nossos erros sem levar em conta o momento concreto que vivemos. O que hoje caracteriza a situação de nosso PCB é um surto poderoso do revisionismo. Ora o revisionismo manifesta-se, sobretudo, através da negação ou de formação dos princípios. A justa procura do novo, dentro das novas condições criadas, se não se apóia na firme salvaguarda dos princípios básicos da doutrina e do Partido, pode levar à negação de tudo, à dúvida sobre tudo, desde os fundamentos da teoria à própria vida partidária. Hoje, mais que nunca, a indispensável procura do novo deve ser apoiada nos princípios, na afirmação do Partido e num firme espírito de Partido.

A luta contra o dogmatismo não é, portanto, uma luta abstrata. Ao lado do esforço pela assimilação da teoria marxista e da luta ideológica interna, ela é, essencialmente, uma luta junto às massas, para as massas e apoiada na ação consciente, constante, de todo o conjunto de nosso Partido.

A Batalha do Alistamento

AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES CONTIDAS NO ACÓRDO ENTRE OS LÍDERES PARTIDÁRIOS

Vejamos hoje as principais alterações no alistamento aprovadas no acordo que firmaram os líderes partidários no Congresso. Tal acordo deverá ser, ao que tudo indica, rapidamente transformado em lei e as novas regras precisadas, desde logo, ser conhecidas por todos os que estão lutando por um alistamento em massa de nosso povo.

O projeto Valadares propunha que fosse exigida apenas a assinatura do eleitor no requerimento de renovação do título obtido nos alistamentos anteriores. Propunha, ainda, a prorrogação do prazo por mais 6 meses, até 30 de junho de 1958.

A prorrogação do prazo foi aprovada, o que não deve justificar entretanto, qualquer relaxamento ou diminuição de esforços das forças populares e democráticas na batalha do alistamento.

Quanto ao requerimento de renovação dos títulos, dos eleitores anteriormente alistados, deverá ser impresso, contendo espaços em branco, onde o eleitor terá de escrever, na presença de um funcionário do cartório, o seu nome, estado civil, profissão e domicílio.

Além de preencher o requerimento impresso, deverá também o eleitor assinar a folha de votação e novo título, ainda na presença do funcionário do cartório.

Os novos eleitores, os cidadãos que nunca haviam sido alistados, terão de escrever de próprio punho todo o requere-

rimento e assiná-lo, assim como a folha de votação e o título.

Como se vê, todos os democratas e especialmente os trabalhadores conscientes terão de desenvolver grandes esforços para ajudar o alistamento das amplas massas populares, de todos os cidadãos que puderem ser alistados.

Os trabalhadores, especialmente, não só os do interior

como os das cidades, terão dificuldades no ato de escrever o requerimento. Deverão, por isso mesmo, ser ajudados por todos os modos pelos postos e escritórios eleitorais onde poderão exercitar-se até ficarem em condições de escrever sem temor ou nervosismo na presença dos funcionários dos cartórios.

Tudo deve e pode ser feito, até 30 de junho de 1958, para a alfabetização dos homens e mulheres do povo. Serão de grande importância para a grande luta democrática do

próximo ano os cursos de alfabetização gratuita, a cargo de professores remunerados ou voluntários, que poderão ser instalados nos sindicatos, clubes, associações, entidades populares ou escritórios e postos eleitorais.

Ao mesmo tempo em que devemos lutar pelo voto aos analfabetos, tudo deve ser feito para possibilitar a alfabetização do maior número possível de trabalhadores de forma a alistá-los de acordo com a legislação que está em vigor.



A simbólica torre de petróleo arrancou os mais calorosos aplausos da multidão, em todo o trajeto do desfile de 7 Setembro em Campina Grande

SERÁ UMA TRIBUNA LIVRE E DEMOCRÁTICA

NO PRÓXIMO dia 4 de outubro, deverá instalar-se em Leipzig, Alemanha, o IV Congresso Sindical Mundial, convocado no início deste ano pela Federação Sindical Mundial.

Mais uma vez, deverão encontrar-se trabalhadores de todos os países do mundo, para analisarem em comum seus problemas e suas conquistas, as experiências de suas lutas por melhores condições de vida e de trabalho. Quatro anos já decorreram desde o III Congresso, realizado em outubro de 1953, em Viena. Existe hoje no mundo uma situação nova e os trabalhadores precisam tomar posição diante dela e definir o caminho a seguir para a conquista de suas reivindicações.

No próximo dia 4 de outubro, será instalado em Leipzig, Alemanha, reunindo representantes de dezenas de países de todo o mundo -- O IV Congresso será uma reunião internacional de discussão ampla e fraternal

ELEIÇÃO DEMOCRÁTICA DOS DELEGADOS

A eleição dos delegados que deverão participar do Congresso de Leipzig revestiu-se de um caráter expressivamente democrático. Uma assembléa de mais de 4 mil bancários cariocas, por exemplo, em plena campanha de aumento de salários, fez a escolha de dois delegados.

Em São Paulo, dezenas de assembléas sindicais, reuniões de ativistas, reuniões de delegados de empresa, elegeram os delegados que os deveriam representar no IV Congresso. Alguns deles, quando se tratava de dirigentes sindicais, foram indicados pelas diretorias dos respectivos sindicatos.

No Estado do Rio, numa

grande reunião, os representantes dos trabalhadores da indústria do papel, de produtos químicos, metalúrgicos, construção civil, funcionários públicos, trabalhadores do campo e posseiros, resolveram eleger um delegado comum: o presidente da seção local da UNSP e delegado do IAPC.

Uma grande assembléa de metalúrgicos de volta Redonda indicou o advogado do Sindicato para ir a Leipzig como seu observador.

Inúmeras moções de apoio, para coleta de assinaturas entre os trabalhadores, foram distribuídas pelas empresas. Algumas, retornavam ao sindicato com milhares de assinaturas.

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE FINANÇAS

O envio de uma delegação ao exterior exige despesas vultosas não só para as pas-

sagens dos delegados, mas para todo o trabalho prévio de propaganda. Também é

TEMÁRIO DO IV CONGRESSO SINDICAL MUNDIAL

- 1 — Informe sobre a atividade sindical no mundo e o desenvolvimento dos laços fraternais e da unidade do movimento sindical internacional, pela elevação do nível de vida dos trabalhadores, por seus direitos econômicos, sociais e democráticos, pelo desarmamento, pela paz e a independência nacional.
- 2 — As tarefas dos sindicatos na luta contra o colonialismo.
- 3 — Informe do Conselho Fiscal da F. S. M.
- 4 — Informe da Comissão de Administração do Fundo de Solidariedade Internacional dos Trabalhadores sobre a sua atividade, as experiências adquiridas, bem como sobre a ajuda que pode prestar ao desenvolvimento posterior da solidariedade internacional.
- 5 — Proposta da modificação nos Estatutos da F.S.M.
- 6 — Eleição dos órgãos dirigentes da Federação Sindical Mundial e do seu Conselho Fiscal.

Reunião do Comitê Executivo da FSM, que aprovou o Apelo de convocação do IV Congresso Sindical Mundial



O movimento operário na Índia tomou novo vigor, nos últimos anos. Vemos no clichê, uma demonstração de eletricitistas Indus

INTENSOS PREPARATIVOS NO BRASIL

Assim como nos demais países, também no Brasil são intensos os preparativos para a participação de uma delegação expressiva, no IV Congresso, que ali transmita os êxitos que aqui alcançamos no trabalho em prol da unidade e da organização dos trabalhadores brasileiros e ouça as experiências dos outros países.

Iniciativas diversas foram tomadas pelas organizações sindicais, que se colocaram à frente dos trabalhos de preparação do Congresso. Em São Paulo, uma vez constituída a Comissão Inter-Sindical de Iniciação, integrada por representantes das grandes corporações profissionais, iniciou-se o trabalho de confecção de flâmulas, cartazes, volantes, publicação de artigos e entre-

vistas na imprensa, realização de palestras e conferências de esclarecimento sobre a ordem do dia do IV Congresso. Através de uma rede de 34 estações de rádio e da televisão, foi levado a milhares e milhares de trabalhadores paulistas o apelo de convocação da FSM.

No Estado do Rio, dezenas de milhares de volantes e de cartazes, de manifestos da Comissão Estadual, do Apelo da FSM, foram distribuídos por todo o Estado. As principais cidades do interior, aquelas onde se concentra maior número de trabalhadores, foi visitada pela Comissão Organizadora, entre elas Volta Redonda, Petrópolis, Campos, Cabo Frio e muitas outras.

COMISSÕES DE INICIATIVA E DE SETOR PROFISSIONAL

Importante contribuição para os trabalhos do IV Congresso vem dando as Comissões de Iniciação e as Comis-



Reunião do Comitê Executivo da FSM, que aprovou o Apelo de convocação do IV Congresso Sindical Mundial



nessa terreno, prossegue uma atividade das comissões.

Utilizando bônus de Impostos variadas, listas de coleta de contribuições, realizando visitas a amigos e personalidades pleiteadas junto aos governos locais, uma verba especial de cada, promovendo rifas e cursos diversos — assim conseguindo os trabalhadores brasileiros reunir as quantias necessárias.

Na cidade paulista de São Bernardo, conseguiram trabalhadores obter da Prefeitura a importância de

JÁ PARTIU A DELEGACÃO PAULISTA

Treze delegados brasileiros embarcaram para Leipzig no último dia 14. Constitui a delegação paulista, integrada por representantes de mais importantes categorias profissionais. ...

Trabalhadores e em latinos, têxteis, metalúrgicos, ferroviários da Sorocabana, gráficos comerciais, marceneiros, enviaram assim os seus delegados. Além desses, já guiraram também representantes dos jornalistas paulistas e trabalhadores em carnis.

Inúmeras mensagens de solidariedade de São Paulo, de saudação e apoio ao Congresso, estão sendo encaminhadas pelos delegados. Nas empresas prossegue a coleta de assinaturas em outros

INTENSIFICAR OS TRABALHOS PREPARATÓRIOS

Nestas duas semanas que nos separam da instalação do IV Congresso Sindical Mundial, deverá ganhar um novo impulso o trabalho de preparação aqui no Brasil.

Novos setores profissionais realizaram suas assembléas e elegeram seus delegados intensificando-se o trabalho de

mil cruzeiros de subvenção. Também no Estado do Rio, onde o presidente de honra da Comissão Organizadora é o próprio governador do Estado, existe a promessa de doativo especial para aquele fim.

Os trabalhadores fluminenses tomaram a iniciativa de distribuir por todo o Estado 40 mil rifas, que deverão ser vendidas a 20 cruzeiros.

Novas iniciativas surgirão, certamente, através do país, a fim de assegurar a ida de uma delegação numerosa e expressiva.

mensagens. A delegação paulista conduz também inúmeros presentes, que serão ofertados aos representantes dos demais países.

Levam os delegados paulistas uma credencial do poderoso Pacto de Unidade Inter-Sindical entidade que congrega 107 organizações sindicais paulistas... Representam assim, esses delegados, um milhão e meio de trabalhadores do combate proletário de São Paulo.

O Brasil deverá participar do IV Congresso com um total de 50 delegados; operários de empresas, dirigentes de sindicatos, federações e de confederações.

finanças, para enfrentar as despesas da viagem. Em muitos Estados, estão sendo debatidas as teses apresentadas pela Federação Sindical Mundial, para servir de base às discussões, durante o Congresso.

O IV Congresso deverá ultrapassar o III em amplitude de representação e pela importância das questões que nele serão debatidas. Será efetivamente uma tribuna democrática, onde todos terão acesso e poderão manifestar livremente suas opiniões e indicar os caminhos capazes de conduzir as grandes massas trabalhadoras de todo o mundo a uma situação melhor e a uma vida mais feliz.

Os trabalhadores franceses têm intensificado suas lutas, nos últimos tempos, reforçando sua unidade. Na foto, manifestação de ferroviários



Os trabalhadores franceses têm intensificado suas lutas, nos últimos tempos, reforçando sua unidade. Na foto, manifestação de ferroviários

Caracterizaram o VII Congresso Nacional de Jornalistas

Liberdades democráticas, revogação da Lei de Imprensa, proibição das experiências nucleares, defesa da Petrobrás, melhor salário profissional, eis o que exigem os militantes da imprensa

Encerrou-se no dia 14 do corrente o VII Congresso Nacional de Jornalistas, que se instalara solenemente, na capital da República, uma semana antes. Foi essa, até agora, a reunião de maior importância já realizada pelos profissionais da imprensa, na opinião unânime dos delegados e daqueles que acompanharam de perto os trabalhos do conclave.

Um total de 662 delegados, representando quase todos os Estados do país, debateu de maneira acalorada as teses apresentadas ao Congresso. Tratava-se de propostas relacionadas com algumas das mais sentidas reivindicações dos jornalistas brasileiros e também, em grande número, de questões palpitantes da atual situação política em nosso país.

Caracterizou-se o VII Congresso Nacional de Jornalistas pelo elevado nível político das teses ali discutidas, o que comprova o senso de responsabilidade dos homens de imprensa, em face dos graves problemas que enfrenta hoje o Brasil.

LIBERDADE DE IMPRENSA E SINDICAL REIVINDICAÇÕES PROFISSIONAIS DOS JORNALISTAS

Provocou intensos debates nas sessões plenárias a questão da liberdade de imprensa. Por unanimidade, manifestaram os congressistas seu repúdio ao projeto que transita na Câmara de Deputados e que constitui ameaça direta à sua aplicação efetiva.

Também em defesa da liberdade sindical, do direito à organização profissional e de greve, como arma legítima de todos os trabalhadores, manifestaram-se unanimemente os jornalistas brasileiros. O decreto 9.070, conhecido como "antigrevere", recebeu a condenação enérgica dos jornalistas, reforçando assim a campanha nacional que se realiza através de todo o país, por sua revogação definitiva.

As manifestações em defesa das liberdades democráticas constituíram um dos pontos altos do VII Congresso. Causou indignação ao plenário a violência policial contra a delegação pernambucana, ostensivamente revistada no momento de seu desembarque, no aeroporto do Galeão. Maior indignação ainda provocou a intimação feita pela polícia ao jornalista Pedro Mota Lima, conselheiro da A.B.I., durante a própria realização do Congresso. Representantes de todas as bancadas sucederam-se na tribuna, a fim de externar seu protesto contra aquela provocação.

Multiplicação dos cursos de jornalismo e das escolas de formação de jornalistas, a fim de melhorar a qualidade e o nível de nossa imprensa — pleiteiam também os jornalistas profissionais.

A extensão do voto aos analfabetos, tema central dos debates políticos no momento atual, foi discutida pelos profissionais da imprensa e, com apenas 4 votos contrários, manifestou-se o plenário favorável à sua concessão.

Em defesa da Petrobrás e do monopólio estatal de nosso petróleo, a favor da reforma agrária e contra a crescente carestia de vida — tais foram outros importantes pronunciamentos do VII Congresso Nacional dos Jornalistas.

CONTRA AS PROVAS NUCLEARES

Por unanimidade, aprovou o Congresso moção apresentada por vários delegados, inclusive o Cônego balano Manoel Barbosa, de condenação das experiências com armas nucleares. A moção apóia os apelos recentes, dirigidos nesse sentido, pelo Papa Pio XII, Congresso Mundial das Igrejas, Conselho Mundial da Paz e Congresso de Hiroshima.

LUTAR AGORA PELA APLICAÇÃO DAS RESOLUÇÕES

O VII Congresso constituiu o maior conclave de jornalistas profissionais já realizado em nosso país. Não só pelo número de delegados que dele participou, mas principalmente pela importância de suas manifestações e pronunciamentos.

Contribuiu para o fortalecimento da unidade e da organização dos jornalistas, o que ficou patenteado na unidade que se conseguiu alcançar na votação das matérias e nas eleições para a nova diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas.

O êxito do VII Congresso deveu-se também, em grande parte, à colaboração valiosa que lhe prestou a ABI e seu presidente, Herbert Moses. Retribuindo a homenagem que lhe prestaram os jornalistas — realizando seu Congresso como parte das comemorações do 50º aniversário da ABI — a direção da Casa do Jornalista fez todos os esforços para que a reunião nacional se revestisse do maior brilhantismo.

Agora, prosseguirá o trabalho do Congresso. Suas resoluções deverão ser amplamente debatidas em cada sindicato e em cada empresa jornalística, para que de fato, venham a ser conquistadas as reivindicações pleiteadas.

Reafirmam a decisão de lutar em defesa da liberdade de imprensa, do livre acesso às fontes de informação, como essenciais à prática de um jornalismo honesto e construtivo, que preze a verdade, pratique a justiça e acate os legítimos direitos da nacionalidade.

Renovam a disposição de lutar por melhores condições de vida, para si e para os brasileiros em geral, certos de que a justiça social é imperativo de nosso tempo, a ser conquistado com a ajuda dos homens conscientes dos seus deveres perante a coletividade.

Assim unidos e dispostos a trabalhar, os jornalistas do Brasil renovam sua admiração pela Associação Brasileira de Imprensa, cujo meio século de existência é título de orgulho para a profissão, pelo seu exemplo de democracia militante, de amor à liberdade e de dedicação ao Brasil.



Participaram do VII Congresso, como convidados especiais, J. Hermann, presidente da Organização Internacional dos Jornalistas, e Luis Suarez, dirigente sindical do México. Tiveram oportunidade então de debater com os congressistas as importantes conclusões do encontro internacional de jornalistas, realizado em Helsinki



A presença do presidente da República, na sessão de instalação, demonstra a importância do VII Congresso. Em seu discurso, reafirmou o sr. Juscelino Kubitschek sua disposição de assegurar a liberdade de imprensa e de lutar pela independência econômica do país

Declaração de Princípios dos Jornalistas Brasileiros

«Os jornalistas brasileiros, reunidos no seu VII Congresso Nacional, tendo presentes os exemplos dos seus maiores que ajudaram a construir um Brasil independente, democrático e progressista.

PROCLAMAM a vontade de atuarem profissionalmente visando aos supremos interesses da Pátria e da humanidade, trabalhando para que o Brasil conquiste a sua emancipação econômica, eleve o nível de vida dos seus habitantes e contribua para a solução pacífica dos problemas mundiais; e seu desejo estreitar os laços de amizade e cooperação entre todos os jornalistas do mundo, favorecendo a conquista da unidade internacional dos homens de imprensa.

Reafirmam a decisão de lutar em defesa da liberdade de imprensa, do livre acesso às fontes de informação, como essenciais à prática de um jornalismo honesto e construtivo, que preze a verdade, pratique a justiça e acate os legítimos direitos da nacionalidade.

Renovam a disposição de lutar por melhores condições de vida, para si e para os brasileiros em geral, certos de que a justiça social é imperativo de nosso tempo, a ser conquistado com a ajuda dos homens conscientes dos seus deveres perante a coletividade.

Assim unidos e dispostos a trabalhar, os jornalistas do Brasil renovam sua admiração pela Associação Brasileira de Imprensa, cujo meio século de existência é título de orgulho para a profissão, pelo seu exemplo de democracia militante, de amor à liberdade e de dedicação ao Brasil.



Aspecto parcial do plenário do VII Congresso Nacional dos Jornalistas

POR UMA AMPLA FRENTE NACIONAL EM PORTUGAL

Teoria e Prática

APRESENTA O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS UM PROGRAMA MÍNIMO PARA AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES À ASSEMBLÉIA NACIONAL

Em uma de suas últimas reuniões, o Comitê Central do Partido Comunista Português analisou de maneira aprofundada a situação decorrente da política de Salazar e se pronunciou sobre o caminho a seguir para a conquista de uma solução que corresponda aos interesses do povo e da nação.

Publicamos abaixo os trechos principais do importante documento no qual estão expostas as conclusões da análise.

SITUAÇÃO DAS MASSAS TRABALHADORAS EM PORTUGAL

O nível de vida das massas trabalhadoras portuguesas é um dos mais baixos da Europa. Segundo as estatísticas oficiais, o custo de vida aumentou de 150% no período de 1939 a 1956, enquanto que os salários tiveram um aumento médio de 50%, durante aquele mesmo período.

A essas condições já difíceis, juntam-se: os salários baixos; a introdução e a intensificação dos ritmos infernais de trabalho; a ameaça constante de desemprego total ou parcial; os descontos feitos pelo Estado fascista sobre o salário dos operários e empregados, um sistema visivelmente insuficiente de assistência médica e de auxílio à velhice; a inexistência de liberdades sindicais.

Os pequenos e médios camponeses, assim como os camponeses ricos, sofrem as pesadas consequências da política de defesa dos interesses das grandes propriedades feudais: impostos cada vez mais elevados para fazer face às despesas militares; ausência de uma política sadia e eficaz de desenvolvimento da agricultura; ajuda exclusiva a um punhado de grandes proprietários e política monopolista dos organismos corporativos dirigidos por grandes proprietários e comerciantes a postos a seu serviço.

As numerosas discriminações das camadas populares em Portugal, traça a existência de camadas suas...

manifestações culturais promovidas pelo Estado fascista, mostram o papel dos intelectuais portugueses na formação da frente nacional anti-salazarista e para a conquista das liberdades democráticas.

A SITUAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL

Inúmeros ramos da indústria nacional estão abalados por uma crise crescente e sofrem as consequências do marasmo econômico. As indústrias de resinas, minas, de chapéus, cortiça, tiveram que reduzir consideravelmente sua produção. Atualmente a indústria têxtil enfrenta uma crise sem precedentes que traz graves consequências para a economia do país. Mais de 60.000 operários têxteis estão em desemprego total ou parcial.

O artesanato de tecidos, de papel, da construção, da metalurgia, da pesca, estão em vias de desaparecimento. No período compreendido entre 1940 e 1950, cerca de 20 mil artesãos da indústria de transformação desapareceram.

Os créditos militares do governo Salazar são superiores àqueles destinados ao desenvolvimento econômico do país. De 1945 a 1954 as despesas militares elevaram-se a 19 bilhões de escudos, ou seja, mais do dobro de todas as despesas previstas para o plano de desenvolvimento econômico a ser realizado entre 1953 e 1958.

A instalação de bases militares em Lagos, nas Ilhas Açores, a presença de oficiais graduados americanos e ingleses nos aeroportos de Montijo, Tancos, Alverca, Espinho, Ota, cria uma situação humilhante para os oficiais portugueses. A participação no Pacto do Atlântico não representa apenas uma pesada carga do ponto de vista econômico, mas também uma perigosa ameaça para a vida pacífica do povo português.

É POSSÍVEL UMA SOLUÇÃO PACÍFICA

Uma solução pacífica do problema político português é possível. O Partido Comunista Português considera que para

isso é necessário terminar com o ambiente de ódio e de guerra civil, criado e mantido pelo salazarismo em todo o país.

A solução pacífica que defendem os comunistas portugueses não é somente deles. Se as camadas da burguesia nacional tiverem um entendimento justo histórico que vivemos hoje, se elas se esforçarem por se aproximar das forças democráticas e participarem ativamente das fileiras da oposição anti-salazarista, o caminho para uma solução pacífica será profundamente facilitado.

É inteiramente necessário, para chegar a uma tal solução, que as forças democráticas se unam e lancem ao campo da luta contra o salazarismo todas as pessoas que estão descontentes com o regime.

Dessa maneira, será possível alcançar importantes vitórias nas próximas eleições para a Assembleia Nacional (que se realizarem em novembro de 1957) e eleger um certo número de deputados da oposição, representando os diversos setores anti-salazaristas.

Novas possibilidades de luta legal serão assim abertas nas próprias instituições do Estado, o que permitirá combater as medidas antidemocráticas do governo e levantar as reivindicações fundamentais da oposição anti-salazarista.

O Comitê Central julga que hoje não se impõe apenas a criação de uma frente democrática, mas de uma frente anti-salazarista onde po-

derão e deverão participar todos os portugueses honestos, independentemente de suas idéias políticas ou crenças religiosas, que desejem tomar parte de uma ou de outra maneira, na ação que libertará o país da tirania salazarista.

A elaboração imediata de acordos regionais de todos os adversários do governo Salazar, para a constituição de listas de candidatos anti-salazarista às eleições de 1957, abrirá o caminho a acordos mais amplos entre os partidos democráticos e as forças da oposição.

O P.C.P. PROPÕE UM PROGRAMA MÍNIMO

O Comitê Central redigiu e difundiu um programa mínimo que poderá servir de base de discussão para a elaboração definitiva de um programa eleitoral, em torno do qual se unirão todos os partidos democráticos e correntes anti-salazaristas:

- a) — elevação do nível de vida do povo;
- b) — defesa da economia nacional contra a política monopolista do governo;
- c) — política independente e de boas relações econômicas e diplomáticas com todos os países;
- d) — restabelecimento das liberdades democráticas;
- e) — anistia política.

Uma vez unidas essas forças, será fácil unir milhares e milhares de portugueses que amam a liberdade e a democracia. Uma tão ampla frente nacional terá condições de obter uma modificação do regime, sem violência e sem luta fratricida e de colocar Portugal nas fileiras das nações livres e democráticas.

O Caracter do Movimento Nacionalista

LUÍZ CAMÕES PRESTES

O movimento nacionalista é expressão do grau de crescimento e de unidade daquelas forças que, na arena brasileira, se opõem ao imperialismo norte-americano. Constitui um fato novo, resultante de fatores objetivos, como o desenvolvimento do capitalismo dentro do país, fortalecendo as posições da burguesia nacional, e das lutas patrióticas de massas que se travaram durante muitos anos com a participação decisiva dos comunistas. Tendem a unir-se e podem efetivamente unir-se no movimento nacionalista a classe operária, o campesinato, a pequena burguesia, a burguesia nacional e até mesmo setores de fazendeiros, que têm certas contradições com o imperialismo norte-americano. São forças sociais extremamente heterogêneas que incluem politicamente desde os comunistas, lutadores consequentes pela transformação revolucionária do regime econômico social vigente, até aqueles que apenas desejam reformar esse regime. São, por isto, naturais e inevitáveis as divergências e as contradições dentro desse movimento, mas acima delas é possível manter e consolidar a unidade das forças sociais que o integram, tendo em vista a luta comum contra o imperialismo norte-americano. Movimento ainda em fase de organização, que surge com plataformas bastante variadas, é necessário tudo fazer para impulsioná-lo e para que ele se estruture firmemente em escala nacional. Os comunistas participam do movimento nacionalista com entusiasmo, nele devendo atuar com o máximo de espírito unitário e de sua já provada capacidade de trabalho.

Toda a situação nacional se caracteriza por uma polarização crescente entre as forças antiimperialistas, nacionalistas, e as forças do entreguismo e da reação. Esta polarização se verifica também dentro dos partidos das classes dominantes, defensores da política tradicional de submissão ao imperialismo, fazendo surgir alas nacionalistas que se contrapõem com maior ou menor decisão às alas ou setores entreguistas.

A polarização entre nacionalistas e entreguistas se verifica igualmente dentro do próprio governo do sr. Juscelino Kubitschek. Governo marcado pela heterogeneidade, nele predominam os entreguistas, cuja orientação ainda prevalece em determinadas questões essenciais da ação econômica e política. É fora de dúvida, porém, que o setor nacionalista do governo se fortaleceu nos últimos meses e conseguiu apolado nas massas, impor algumas derrotas importantes ao imperialismo norte-americano.

Tudo isto nos mostra que existem amplíssimas possibilidades para desenvolver e fortalecer o movimento nacionalista e lutar contra o imperialismo norte-americano. (Do Informe ao Pleno do Comitê Central de Agosto de 1957).

Perguntas e RESPOSTAS

PEDENOS o leitor F. S. Rodrigues, que esclareçamos a seguinte afirmação do último informe do camarada Luiz Carlos Prestes: «Não é nas condições objetivas, que se desenvolvem num sentido favorável à nossa atividade, mas nos erros e defeitos do Partido, nas suas dificuldades internas, que devemos buscar as causas do nosso desligamento em relação às massas, da debilidade geral de nossa atuação política».

Esta afirmação do camarada Prestes está amplamente fundamentada no seu informe. Ela é o ponto inicial da auto-crítica que o Comitê Central fez em sua última reunião e da qual resultaram algumas medidas de decisiva importância no processo de fortalecimento do Partido.

Todo militante, que encare a realidade sem subjetivismo, particularmente sem apêgo à fraseologia, reconhecerá facilmente que vivemos numa fase de ascenso democrático, a qual oferece amplíssimas possibilidades de ação aos comunistas, no interesse da classe operária. Mas essas possibilidades não estão sendo aproveitadas. Precisamente num momento em que as várias correntes democráticas e anti-imperialistas se revigoram, o Partido se encontra em situação difícil. Prestes cita como fatos comprovantes a queda dos efetivos e do ativo do Partido, a estagnação e a redução da difusão da imprensa, a passividade que reina em vários setores partidários. Esta situação deve preocupar seriamente a todos os militantes e amigos do PCB. É necessário combater as causas, que a geraram, a fim de impedir que ela se prolongue.

As causas estão nos erros e defeitos do Partido. Para eles devemos voltar a atenção e adquirir a convicção de que não avançaremos sem eliminar tais erros e defeitos.

Não se trata, de modo algum, de erros e defeitos recentes, que tivessem surgido com o debate travado em nossas fileiras. Eles já se faziam notar fortemente em 1955, durante a campanha eleitoral e depois dela. O debate aberto com o projeto de resolução do CC de outubro de 1956 ofereceu a possibilidade a que muitos militantes se expressassem francamente sobre os erros do Partido e a necessidade da sua correção. Mas este processo, indiscutivelmente útil ao Partido, se viu momentaneamente colocado em segundo plano diante do aparecimento do fracionismo e da necessidade de combatê-lo. A maioria esmagadora dos militantes repeliu o fracionismo de Agildo Barata e se manifestou pela defesa da unidade do Partido. Esta foi uma vitória do Partido na luta pela

sua sobrevivência como vanguarda marxista-leninista da classe operária.

Seria, porém, profundamente maléfico ao Partido se o processo de correção dos seus erros, iniciado no curso dos debates, fosse frustrado e paralisado. Também isto afeta a própria sobrevivência do Partido, já que o Partido não deve ser uma pequena seita isolada das massas. O Informe de Prestes volta a colocar o processo de correção dos erros energeticamente, no primeiro plano. E chama a atenção para o fato de que os erros e defeitos do Partido se referem, fundamentalmente, a um corpo de concepções e métodos sectários, dogmáticos e mandonistas, que foram a linha dominante da nossa atividade durante muitos anos. Prestes chama a atenção para o difícil e demorado processo de reeducação ideológica, que devemos todos empreender, uma vez que as tendências sectárias e dogmáticas penetraram profundamente em nossas consciências.

Decidido a trilhar o caminho da correção dos erros, o Comitê Central tomou algumas medidas de grande alcance, a primeira das quais foi a recomposição do presidium e do secretariado. Tal medida se tornou urgente e indispensável, uma vez que o presidium, com a composição que vinha tendo há muitos anos, se mostrou incapaz de dar solução aos novos problemas do Partido, entrando em contradição com as suas bases e perdendo cada vez mais a autoridade necessária à direção. Com a composição anterior, não podia o presidium desempenhar o seu papel no processo de correção dos erros. Como não há no Partido, cargos vitalícios, decidiu o Comitê Central realizar as modificações mais inadiáveis na composição do presidium e do secretariado.

Tomou ainda o Comitê Central outras medidas, que visam colocar a vida interna do Partido em bases novas, elaborar a sua tática e preparar em bases democráticas a realização do V Congresso.

Prestes afirma no seu informe que não podemos continuar protelando a correção dos defeitos já reconhecidos. Outro modo, nosso Partido se irá reduzindo a uma pequena seita desligada das massas. Cabe, pois, a todos os organismos e militantes do Partido tomar com audácia, sem vacilações, as medidas imprescindíveis ao fortalecimento do Partido. Somente assim superaremos a contradição, que agora existe, entre as condições objetivas favoráveis e a débil ação política do Partido.

CONCLUSÃO DA PAG. 12

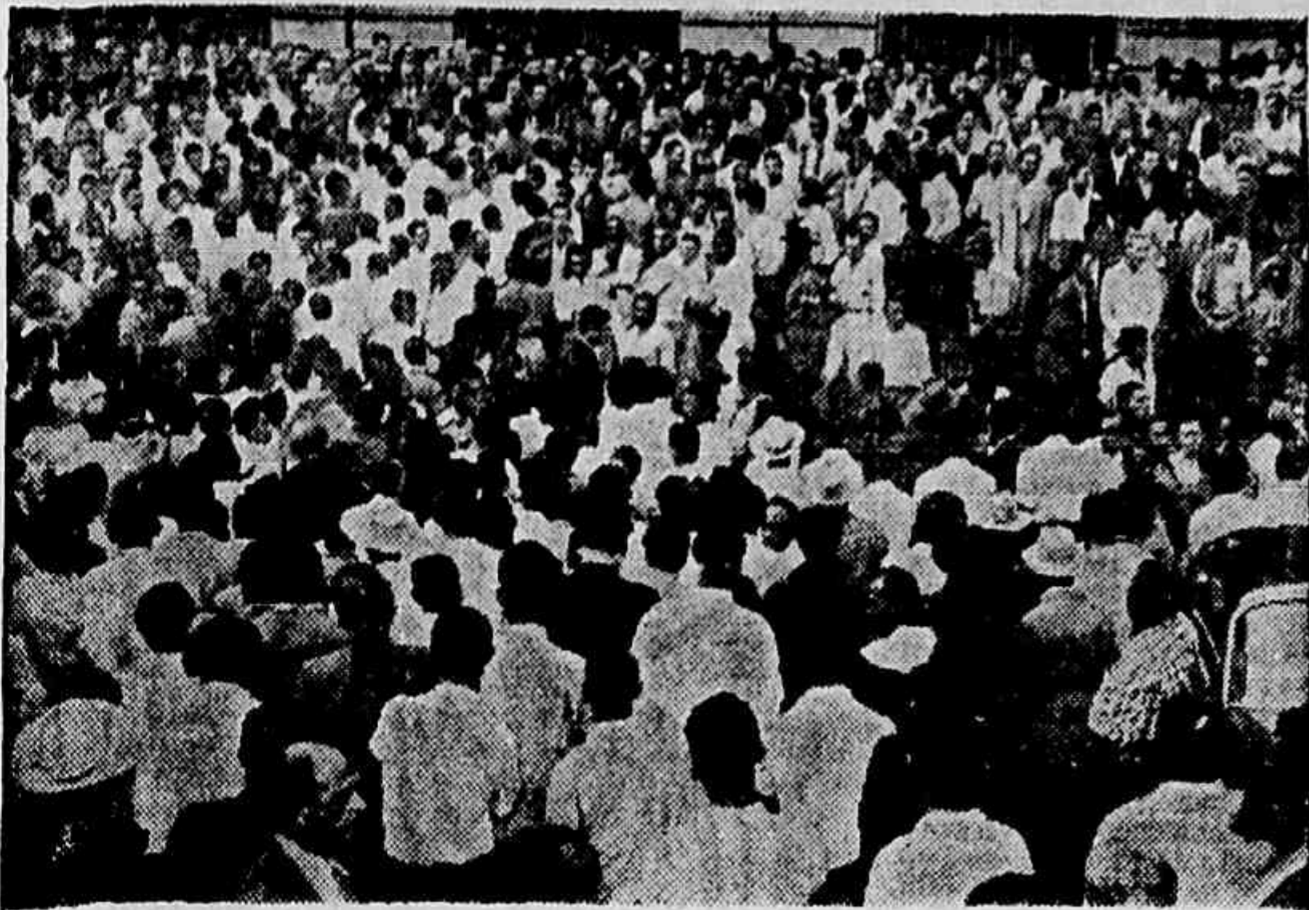
... (CONCLUSÃO DA PAG. 12) ...

... (CONCLUSÃO DA PAG. 12) ...

PRELIMINAR

Aos nacionalistas, portanto, em Minas Gerais e em todo o país, cabe enfrentar com toda a decisão os trustes de eletricidade, suas manobras e sua capacidade de colocar a seu favor governantes e autoridades. Ao mesmo tempo em que as amplas massas populares ganham consciência de que é necessário libertar o país dos trustes de eletricidade, a frente única nacionalista se fortalece com o apoio crescente de novos setores sociais, sobretudo da indústria, e apresenta como questão fundamental a das fontes de energia, especialmente petróleo e eletricidade. A luta pela encampação dos trustes, como a que realiza o povo de Belo Horizonte, está ligada à denúncia e ao combate aos projetos em curso no Congresso que lhes concedem novos privilégios e favorecem a sua posição.

TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL CONTRA A LEI 894



MAIS DE 3 mil trabalhadores da construção civil, no Distrito Federal, concentraram-se em frente à Câmara de Vereadores, para entregar um memorial de protesto contra a lei, recentemente sancionada pelo prefeito carioca e que estabelece uma série de modificações no que se refere às construções de edifícios, na capital da República.

Em virtude do efeito retroativo daquela lei, a qual impõe agora o cumprimento de uma porção de exigências para que se possam fazer edificações — sob pretexto de combater a especulação imobiliária — foram paralisadas muitas obras que estavam em execução. Daí resultou o desemprego para milhares de trabalhadores da construção civil, lançados à rua sem qualquer indenização e sem respeito a seus direitos, assegurados pela legislação trabalhista.

Lutam agora esses trabalhadores pela modificação da lei 894 e para que lhes seja assegurado o direito ao trabalho.

A LIBERDADE DO INDIVÍDUO NA URSS

(CONCLUSÃO DA PÁG. 4)

viético teria sido incomensuravelmente mais alto se as guerras não tivessem alterado seu trabalho pacífico. O Estado soviético defendeu duas vezes com as armas a sua independência e a sua própria existência contra os atentados dos invasores estrangeiros. A intervenção de 1918 a 1920 e a guerra de 1941 a 1945, contra a Alemanha fascista, causaram enormes danos ao país, cujas consequências se fizeram sentir por longo tempo. Deve recordar-se que antes da Revolução a Rússia era um país muito atrasado, que possuía instalações industriais modernas quatro vezes menores que a Alemanha, dez vezes menos que os Estados Unidos.

Apesar disso, a URSS, já antes da segunda guerra mundial, ocupava o segundo posto do mundo por sua produção industrial, ao invés do décimo quinto em que havia parado a velha Rússia. Hoje o país soviético dispõe de multíssimas vezes mais artigos industriais e produtos alimentícios de superior qualidade do que em qualquer época do passado. O que não seriam os êxitos alcançados pela União Soviética se não tivesse havi-

do guerra nem houvesse sofrido tão duras perdas...

Quando se compara como viviam os homens simples em nosso país sob o velho regime e como vivem agora, parece que desde então não se passaram décadas, mas séculos, tão grande foi a melhora. Em forma notável elevou-se também o nível de vida de hoje em relação ao período anterior à guerra. Apesar de tudo, as consequências do atraso secular, no domínio econômico e técnico, assim como da espantosa guerra, são sentidas até hoje. Não há ainda suficientes moradias confortáveis, o nível da produção industrial e agrícola não corresponde plenamente às crescentes necessidades do povo. A procura de alguns artigos de amplo consumo ainda é superior à oferta, o que favorece a alguns lerdos dirigentes da economia, que não se dão ao trabalho de organizar a produção de novos modelos, de confecções originais, etc.

Não obstante, é um fato incontestável que o sistema socialista da economia garante a todos os cidadãos a premissa fundamental da liberdade do indivíduo: a independência material, a libertação

da necessidade. É claro que nem todos os soviéticos podem adquirir um aparelho de televisão de mostrador grande ou uma resplandecente máquina de lavar niquelada, mas todos gozam de bem-estar para poder alimentar-se com normalidade, vestir boas roupas e não sofrer penúrias.

Contribui para isso, em grande medida, o fato de que uma série de necessidades perentórias do cidadão soviético são gratuitas, a expensas do orçamento do Estado, das receitas da economia nacional.

(Continua no próximo número)



“Enterrado” em Belo Horizonte o Decreto 9.070

Em meio ao entusiasmo da massa popular, realizou-se na capital mineira o enterro simbólico do famigerado decreto-lei 9.070, o «antigrevo». Promovido pela delegacia local da CNTI e em nome de todas as Federações e Sindicatos de Belo Horizonte, desfilou o cortejo fúnebre, acompanhado de cerca de 5.000 pessoas e atraindo grande multidão, que ovacionava os trabalhadores.

Centenas de faixas e cartazes eram conduzidos pelos manifestantes, nos quais se liam protestos

contra o 9.070 e reivindicações dos trabalhadores. Não faltaram as velas e as ladainhas, entrecortadas com músicas alegres, fogos de artifício e bombas.

O «enterramento» constituiu uma das maiores manifestações operárias já realizadas na capital mineira e, após percorrer as principais ruas do centro, foi encerrado com um grande comício, durante o qual falaram vários deputados estaduais, vereadores de Belo Horizonte, dirigentes sindicais dos marceneiros,

dos mineiros de Nova Lima, dos tecelões e bancários e representantes dos estudantes mineiros.

Depois do comício, marcharam os trabalhadores para a principal praça da cidade, onde foi «sepultado» o 9.070, cercado dos cartazes.

Essa iniciativa dos trabalhadores da capital mineira foi, sem dúvida, uma importante contribuição à campanha nacional que se desenvolve por todo o país, pela revogação definitiva do odiado decreto anti-grevo.

CONVOCADA PELO PACTO DE UNIDADE

Realizou-se em São Paulo Importante Assembléia Intersindical

Importante assembléia intersindical realizou-se em São Paulo nos primeiros dias de setembro, convocada pelo Pacto de Unidade. Dezenas de categorias profissionais reuniram-se para discutir três importantes questões:

— aumento de salários; — contenção do custo de vida e — revogação imediata do decreto antigrevo 9.070.

Milhares de trabalhadores participaram dessa assembléia, durante a qual foram denunciadas as novas formas de exploração que vêm sendo empregadas contra os operários, pelos patrões; foram desmascaradas também as falsas alegações destes, para recusar-se a conceder aumento de salários.

Essa reunião intersindical foi a mais amplamente representativa já realizada na capital paulista. Representantes dos sindicatos dos gráficos, metalúrgicos, marceneiros, bancários, vidreiros, mestres e contramestres, trabalhadores em latifúndios, na construção civil, em calçados, papel e papelão — além de muitos e muitos outros, ali se encontravam. Não só da capital do Estado, mas de importantes cidades do interior, como São Bernardo e São José dos Campos, Campinas, Jacareí, Santo André, Mogi das Cruzes, Sorocaba — vieram trabalhadores.

Experiências adquiridas nas campanhas por aumento salarial, no terreno da organização sindical e da unidade de ação, foram debatidas pelos trabalhadores presentes à grandiosa assembléia, em meio a enorme entusiasmo. Os

metalúrgicos, que há três meses se empenham pela conquista de aumento de salários, afirmaram sua decisão de apresentar um ultimatum aos patrões, no dia 21 e de receber o aumento a partir do próximo 1º de outubro. Os têxteis, pela voz de seu líder Antônio Chamorro, denunciaram as alegações dos industriais sobre a crise naquele setor e exigiram o respeito aos seus direitos.

IMPORTANTES RESOLUÇÕES APROVADAS
Depois de todo um domingo de debates animados, foram aprovadas inúmeras moções, mensagens e resoluções.

Em moção dirigida à CNTI, sobre a luta contra a carestia e pela revogação do 9.070, propõem os Sindicatos e Federações de São Paulo um movimento unitário permanente, de todos os trabalhadores brasileiros, pela conquista daquelas duas sentidas reivindicações.

Em mensagem enviada ao IV Congresso Sindical Mundial, afirmaram os trabalhadores paulistas que aquela reunião constitui uma iniciativa «que permitirá se fortaleçam ainda mais os laços de amizade entre os trabalhadores do mundo, abrindo, outrossim, novas perspectivas para a unidade entre as centrais sindicais internacionais».

Uma resolução aprovada pela assembléia intersindical manifesta o inteiro apoio e solidariedade dos trabalhadores e das entidades sindicais — Federações, Sindicatos e Associações de Trabalhadores — congregados no Pacto de Uni-

dade Intersindical, a emenda apresentada pelo deputado Armando Falcão, que estende aos analfabetos, maiores de 18 anos de idade, o direito de voto.

Além disso, decidiu a assembléia manter algumas resoluções anteriores do Pacto: — respeitar a autonomia na luta salarial de cada setor; — lutar pela abolição do teto nos acordos salariais; — prestar ativa solidariedade a qualquer setor que for obrigado a recorrer à greve, para obter suas reivindicações.

Outras resoluções aprovadas revelam a preocupação dos trabalhadores paulistas em discutir e tomar posição diante de graves problemas políticos, de interesse nacional.

Assim, pleiteiam junto ao presidente da República o restabelecimento de relações com todos os países; aprovam moção pela liberdade dos presos políticos na Espanha; de apoio ao general Lott, por sua Ordem do Dia de 7 de setembro.

ENTERRO DO 9.070

Uma das importantes resoluções da assembléia intersindical foi a de realizar o enterro simbólico do decreto antigrevo, no dia 20 do corrente. A exemplo do que já fizeram os trabalhadores cariocas e de Belo Horizonte, bem como de outras cidades, sairão à rua os operários paulistas, para fazer o sepultamento do 9.070, que constitui uma ameaça permanente contra o direito de greve, consagrado na constituição.

SE NÃO VIER O AUMENTO GREVE DO AÇÚCAR NO DIA 24

Estava marcada para o dia 17 do corrente a deflagração da greve dos trabalhadores na indústria de açúcar do Distrito Federal e Niterói, após vários meses de entendimentos com os patrões e em face da intransigência destes.

Em face, porém, do compromisso assumido pelas autoridades do Ministério do Trabalho, de solucionar a questão do aumento salarial até o próximo dia 23, decidiram os trabalhadores suspender a ordem de greve. Em concorrida assembléia, realizada no Sindicato dos Têxteis, foi tomada aquela decisão, ficando porém a greve marcada, inadiavelmente, para as primeiras horas de 24 do corrente, se não for satisfeita a reivindicação.

Não podem mais esperar os trabalhadores do açúcar que os patrões se decidam a pôr fim à atitude de intransigência que vêm mantendo durante tanto tempo, condicionado o aumento de salários a um aumento no preço do produto. Os trabalhadores não concordam em que haja qualquer novo aumento no preço do açúcar, pois o atual já possibilita aos industriais auferir lucros elevados.

Se não for resolvida a questão, pelo Instituto do Açúcar e do Alcool e pelo Ministério do Trabalho, até o dia 23, a greve será inevitável.

Será em Novembro, em Pôrto Alegre o I CONGRESSO NACIONAL DOS METALÚRGICOS

De 14 a 17 de novembro, deverá realizar-se em Pôrto Alegre o I Congresso Nacional dos Metalúrgicos.

Intensos preparativos realizam-se nos Estados, sob a orientação da Comissão Nacional, presidida pelo Sr. Benedito Cerqueira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

Há poucos dias, encerrou-se o Congresso dos Metalúrgicos Mineiros, do qual participaram 13 sindicatos, sob a direção de sua respectiva Federação. Ali deram os trabalhadores presentes inteiro apoio ao próximo Congresso Nacional.

Apóia a realização desse importante conclave de um dos mais importantes setores profissionais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, entidade que vem ganhando um prestígio cada vez maior, pela posição que assume em defesa dos interesses dos trabalhadores e na luta pela revogação do decreto 9.070.

REUNIAO EM VOLTA REDONDA

Na Cidade do Aço, realizava-se há 1 ano uma grandiosa Conferência Nacional de Metalúrgicos, que constituiu na ocasião um dos mais importantes acontecimentos da vida política nacional, pela atitude desassombrosa tomada pelos trabalhadores, em defesa do direito de reunião e de greve e da liberdade sindical.

Agora, em preparação ao I Congresso, deverá reunir-se no próximo dia 29, também em Volta Redonda, a última reunião ordinária da Comissão Nacional, para debates de detalhes das importantes questões que deverão ser examinadas no I Congresso Nacional.

TEMARIO DO I CONGRESSO NACIONAL

— Liberdade e Autonomia sindical, com a consequente revogação do decreto-lei n.º 9.070 e regulamentação ampla do direito de greve;

— Melhoria das condições de vida e trabalho;

— Salário profissional, salário-família, escala móvel de salários, salário-mínimo e aumentos salariais;

— Condições de trabalho na empresa, especialmente da mulher e do menor;

— Encarecimento da vida e meios de contenção;

— Defesa e ampliação da indústria nacional e do ensino técnico profissional.

Esse temário já está sendo debatido pelos metalúrgicos de todo o país, através de reuniões e assembléias. Os trabalhadores apresentam sugestões e teses, indicam suas reivindicações concretas e prepararam-se para eleger seus delegados ao Congresso.

O primeiro encontro nacional dos metalúrgicos deverá coroar-se de pleno êxito e indicar o caminho para a conquista de novas vitórias e do pleno reconhecimento de seus direitos.

OBRIGADO O FAZENDEIRO A PAGAR OS DIREITOS DO TRABALHADOR

S. PAULO (Do Correspondente) — No mês de junho deste ano, o trabalhador agrícola José Emilio da Silva foi dispensado pelo seu patrão, o sr. Lourenço Portanel, proprietário da Fazenda Paraíso, no distrito de Aramina, município de Igarapava. Desorientado e sem saber o que fazer, passando necessidades (de acordo com as contas do fazendeiro, ele nada tinha a receber), José Emilio teve a felicidade de encontrar um antigo colega de trabalho que lhe disse:

— Mas, homem, por que você não procura a nossa associação, o Sindicato? Eles dão um jeito nisso para você!

José Emilio não perdeu tempo. Perguntou o endereço e tocou para lá. Conversou com o sr. Natal — como ele, um antigo trabalhador agrícola e que toma conta da sede — explicou sua situação ao presidente do Sindicato, o trabalhador José Luiz Pita, e teve logo o apoio da organização. O presidente do Sindicato conversou com o advogado e com os colegas de diretoria. Resolveram escrever uma carta ao antigo patrão, convidando-o a vir à própria sede do Sindicato, no dia 18.

O fazendeiro, entretanto, não se fez esperar. Já no dia 14 compareceu à sede do Sindicato, perguntando o que queriam com ele, aparentando muita importância. Quando o presidente lhe explicou que tinha de pagar todos os direitos do trabalhador, deu um pulo na cadeira:

— Mas que direito? Pois se eu até lhe fazia favor, dando-lhe de comer!

Mas, José Luiz Pita atendeu:

— Favor? Mas que favor? Pois se o homem trabalhava para o senhor das seis da manhã às seis da tarde e re-

UMA EXPERIÊNCIA CONCRETA DA VIDA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IGARAPAVA

cebia apenas 50 cruzeiros por dia! Não sabe o senhor que o salário-mínimo desta zona é de 80 cruzeiros? Não sabe que deve pagar ao trabalhador férias, descanso semanal remunerado, as horas extraordinárias? Pois fique sabendo que é devedor de tudo isso e que nada disso é favor...

E' apenas direito do trabalhador! E agora que nos organizamos temos força para fazer valer estes direitos!

Vendo que já não era possível intimidar os trabalhadores, o fazendeiro resolveu aceitar um acordo, prontificando-se a pagar Cr\$ 4.000,00. Essa proposta foi aceita em princípio. Marcaram então uma audiência no Cartório de Paz de Aramina, para ratificar tudo.

No dia combinado, lá se encontraram novamente o trabalhador, o presidente do Sindicato e o fazendeiro. Mas, bem feitas as contas verificou-se que em vez de Cr\$ 4.000,00 o fazendeiro devia a seu antigo empregado Cr\$ 5.995,00. Novo estouro:

— Não pago! Gritou o fazendeiro. Não pago e não pago!

Aí o escrívão interveio:

— E' melhor pagar por bem do que por mal. Se não pagar agora, depois terá de pagar mais as despesas do processo...

Alguns minutos depois, a fúria do fazendeiro diminuiu e ele resolveu pagar.

José Emilio respirou fundo quando viu o dinheiro em sua

mão. Agora podia procurar novo emprego mais sossegado.

O presidente do Sindicato voltou para a fazenda em que ele também trabalha de sol a sol, juntamente com a mulher e os filhos. E voltava com a consciência satisfeita por ter, mais uma vez, cumprido com seu dever.

Nas fazendas de Aramina, Igarapava e até mais adiante, em Ituverava, Miguelópolis, etc., muita gente soube desse caso. Algumas novas dezenas de trabalhadores agrícolas e colonos procuraram o sindicato e fizeram questão de se associar. No vizinho município de Ituverava o exemplo da atividade do Sindicato de Igarapava despertou nos trabalhadores do campo o desejo de, eles também fundarem a sua organização.

Assim vive, assim trabalha, assim se fortalece o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapava.



NO MARANHÃO:

Fundada em Jussaral uma Agência da Associação de Lavradores

No dia 1 do corrente foi fundada no lugar Jussaral, interior do município de Rosário, no Estado do Maranhão, uma agência da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Rosário. O ato contou com a presença de várias dezenas de lavradores da localidade e municípios vizinhos, bem como, com a presença de representantes da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Maranhão.

Na mesma ocasião foi eleita a primeira diretoria da Agência de Jussaral e logo empossada. Quarenta e três novos associados ingressaram na Associação, comprometendo-se a trabalhar pelo engrandecimento da mesma.

Após o ato de fundação, realizou-se um animado baile que se prolongou por toda a noite.



Leia

DA TEORIA MARXISTA DO CONHECIMENTO

De M. Rosental

NA PARAÍBA

Comício Contra o Aumento dos Cinemas

JOÃO PESSOA (Do Correspondente) — Os estudantes desta Capital se arremeteram no dia 23 de agosto último, num grande movimento chefiado pelo líder estudantil Armando Frazão, contra o aumento dos cinemas. As 17 horas daquele dia, cerca de mil estudantes, trabalhadores e o povo em geral, movimentaram-se para protestar contra a abusiva portaria 580, oriunda da COFAP, que majora o preço dos cinemas, equiparando o preço dos filmes nacionais ao preço dos filmes em cinemascopo, isto é, Cr\$ 18,00. Nesse comício, usaram da palavra os estudantes Armando Frazão, Heraldo do Egito, Marlindo de Almeida e José Ayres. Em seguida, dirigiram-se para a Prefeitura Municipal, pedindo o apoio do Prefeito Apolonio Sales de Miranda. Conseguindo o apoio do Prefeito, os estudantes marcaram novo comício e passeata para o dia 26.

GRANDE PASSEATA

No dia 26, às 19,30 horas, através de um poderoso alto-falante instalado numa viatura da Prefeitura da capital, realizou-se outro grande comício. A concentração teve lugar no Colégio Estadual da Paraíba, partindo os manifestantes para o centro da cidade, incorporando-se-lhes os estudantes do Ginásio Lins Vasconcelos, Escola Industrial de João Pessoa, Ginásio Solon de Lucena, Ginásio Underwood e vários líderes sindicais e trabalhadores. Houve, então, grande desfile pelas principais ruas da cidade, rumando os manifestantes, para a Faculdade de Direito, contígua ao Palácio do Governo.

beiro Coutinho, presidente da Associação dos Estudantes Secundários da Paraíba, Heraldo do Egito, bacharelado Humberto de Melo, presidente do Centro dos Universitários Paraibanos, dr. Diógenes Moraes Martins, prefeito de Cabedelo, jornalistas Edvaldo Perico, vários representantes de sindicatos e o líder estudantil Armando Frazão.

A pretexto de se favorecer o nosso cinema, realizou-se um verdadeiro assalto à bolsa do povo pobre, já tão sacrificado.

O comício transformou-se num grande movimento nacionalista, havendo os oradores verberado a ação nefasta dos grupos econômicos estrangeiros em nosso país. Logo após, a viatura, seguida pelo grande cortejo, rumou para a Praça Vidal de Negreiros, onde se realizou outro comício. Depois, dirigiram-se os estudantes para a redação dos jornais, solicitando o apoio da imprensa.

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável

Mário Alves

MATRIZ:

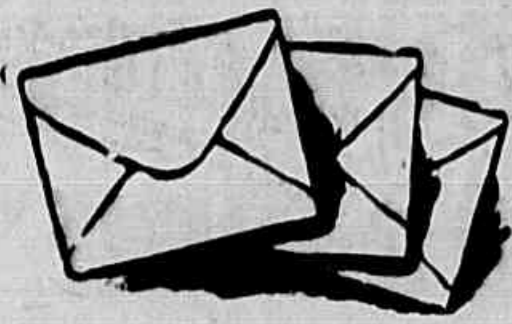
Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual	100,00
Semestral	60,00
Trimestral	30,00
Núm. avulsos	2,00
Núm. atrasado	3,00
Área ou sob registro, despesas à parte	
Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte	4,00
Goias e interior de Amazonas e Territórios	4,00
Outros Estados	3,00
M. Gerais	2,50

SUCURSAIS:

SÃO PAULO — Rua dos Estudantes n° 84 s/ 28, 2º and. — Tel. 37-4983.
PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, n° 66, s/ 43.
RECIFE — Rua Floriano Peixoto n° 85 — 3º and. —
FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, n° 1.248 — s/ 326.
JOÃO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1º and. — Salas 3 e 4.
SALVADOR — Rua Barão de Cotejipe, 67 — Edifício Zacarias, s/ 203 (Calçada). s/22 — Tel. 1-13-03.



Correspondência

Serviços Maus e Caros Do "Expresso Brasileiro"

SANTOS (S. P.) — O «Expresso Brasileiro» exerce uma influência misteriosa junto as autoridades. De outra forma não se pôde entender o que se passa na linha de ônibus Santos-Cubatão. Não havendo outra empresa na mesma linha e contando com a conivência do D. E. R., o «Expresso Brasileiro» explora desumanamente o povo, servindo mal e desafiando a paciência dos trabalhadores.

Os mais prejudicados são os moradores de Jardim Casqueiro e Vila Bandeirantes que pagam Cr\$ 4,50 por 5 quilômetros de distância em um terreno amplo e asfaltado.

O D. E. R., que concede autorização para a exploração do serviço, não fiscaliza a empresa e o contrato da mesma. O contrato obriga a empresa a manter 10 ônibus em serviço. No entanto, apenas 5 carros trafegam, com o agravante da retirada de 2 carros nos períodos mais cruciantes para uso exclusivo do pessoal da refinaria de Cubatão. Em consequência, viajam os moradores mal acomodados, como gado em galeras.

Devido as lutas dos trabalhadores em seus Sindicatos e aos Vereadores é que foi finalmente criado o trem do subúrbio. Julgavam os moradores de Jardim Casqueiro e Vila Bandeirantes que o mesmo viesse favorecê-los e ao mesmo tempo fazer concorrência com o «Expresso Brasileiro», obrigando-o a melhorar o transporte. Entretanto grande foi a surpresa dos moradores ao tomar conhecimento que o trem do subúrbio é mais caro do que o de carreira, pois cobra o preço único de Cr\$ 10,00, além de não parar em Jardim Casqueiro e Vila Bandeirantes, onde residem muitos trabalhadores. Sabe-se que dias antes de ser inaugurado o trem de subúrbio,

O D. E. R. NÃO FISCALIZA A EMPRESA — UM MONOPÓLIO ODIOSO EM PREJUÍZO DA POPULAÇÃO SANTISTA — O TREM DO SUBÚRBIO NÃO SATISFAZ AS NECESSIDADES DO POVO

bio, o gerente do «Expresso Brasileiro» visitou o diretor da Santos Jundiaí, atribuindo-se a esta visita o alto preço do trem.

Urge através da Câmara de Cubatão e da Sociedade Amigos dos Bairros, mobilizar o povo para modificar esta situação. O Expresso Brasileiro, não pode prejudicar impunemente o povo e cobrar um preço absurdo por uma péssima condução.

gos dos Bairros, mobilizar o povo para modificar esta situação. O Expresso Brasileiro, não pode prejudicar impunemente o povo e cobrar um preço absurdo por uma péssima condução.

Vitória Conquistou sua Autonomia

Já em 1958 os capixabas poderão eleger o seu prefeito — Campanha pela encampação da subsidiária da Bond and Share

VITÓRIA (Do correspondente) — O povo capixaba acaba de conquistar mais uma importante e significativa vitória. A Assembléia Legislativa do Estado acaba de aprovar a lei que concede autonomia municipal à capital do Espírito Santo. Vitória, já no pleito de 1958, poderá eleger o seu prefeito.

A capital do Estado do Espírito Santo, em virtude de dispositivo reacionário, teve sempre à frente dos seus destinos, prefeitos nomeados, que por isso mesmo não tinham nenhum compromisso com o povo.

Com a decisão democrática da Assembléia Estadual, criaram-se condições para que, elegendo o seu prefeito, o povo de Vitória

possa encaminhar e solucionar muitos dos seus angustiantes problemas. A propósito se recorda que a população da capital capixaba está empenhada, neste momento, numa campanha, que toma corpo rapidamente, pela encampação da Central Brasileira, subsidiária da Bond & Share, que vem entravando o progresso do comércio e da indústria espiro-santenses.

As forças políticas de Vitória já se mobilizam para as próximas eleições, mas será o povo que, em última instância, decidirá quem, a partir de 1958, governará a sua capital.

Dirigem-se ao Deputado Falcão Trabalhadores de Marquês de Valença

Trabalhadores do município de Marquês de Valença, no Estado do Rio, enviaram ao deputado federal Armando Falcão, um abaixo assinado solidarizando-se com o mesmo, em virtude da apresentação, por aquele parlamentar, da emenda constitucional que vem conceder direito de voto aos analfabetos. Nesse abaixo assinado se diz que «o voto é universal, todos são iguais perante a lei, não se compreende de modo algum qualquer preconceito contra os analfabetos. Estes nada tem que ver com a fraude eleitoral que é exercida pelos letrados».

A missiva foi assinada por dezenas de operários têxteis, ferroviários, gráficos, assim como, por jornalistas, médicos e pessoas das mais diversas profissões e posição social.



FUNDADO UM CONSELHO NACIONALISTA NA VILA DO I. A. P. I.

- Deputação e vereadores presentes ao ato
- Como se preparou a sua realização

PORTO ALEGRE (Do Correspondente) — Com a presença de 80 pessoas, no dia 6 do corrente, não obstante ter sido um dia chuvoso foi fundado na Vila do I. A. P. I., um Conselho Nacionalista. Ao ato patriótico compareceram o deputado estadual Valdemar Rodrigues, vereadores Célio Marques e Pedro Alvarez, líder do P. S. D. e prócer do PR na Câmara desta capital, respectivamente, além de li-

deres sindicais, comerciantes, etc.

ALGUMAS EXPERIÊNCIAS SOBRE A PREPARAÇÃO DO ATO

Alguns dias antes da fundação do Conselho Nacionalista da Vila do I. A. P. I., foi organizada uma comissão que se encarregou da preparação do ato. Esta comissão expediu todos os convites ao povo e às personalidades; visitou as redações de jornais e estações de rádios; mandou con-

teccionar faixas e volantes, que foram distribuídos por todo o bairro; contratou carro com auto-falante para a propaganda e conseguiu o local para a realização do ato. As finanças para custear todo esse trabalho foram também conseguidas pela comissão, que era composta de 15 membros.

Dado o sentimento patriótico que domina as mais amplas camadas do nosso povo, foi relativamente fácil conseguir o apoio dos habitantes da Vila do I. A. P. I., e ali instalar mais um posto de combate aos ideais nacionalistas.

A BATALHA DA DIFUSÃO

Já foram expedidas asaturas de agosto. Apelamos para que as contas sejam saldadas até o fim do mês, a fim de que não sejam criadas dificuldades à nossa empresa. Sigamos o exemplo daqueles que saldaram seus débitos em agosto e façamos jus aos prêmios que VOZ OPERÁRIA reserva aos seus agentes.

PAGAMENTOS:

Recebemos de 11 a 17/9 os seguintes: Diamantina, Itaúna, Campo Grande, Recife, Cuiabá, Barra do Piraí, Santos, Franca, Juiz de Fora, Ituiutaba, São Luiz, São Paulo (Capital), Anápolis (F. P.), Vitória, Assis e João Pessoa.

Da nossa agência em João Pessoa, recebemos um apelo dirigido às suas agências de Cajazeiro, Bananeiras, Pombal e Pense no sentido de ser efetuado o pagamento dos débitos, para com a "Voz". O pagamento deve ser feito por vale postal.

ASSINATURAS

Pres. Olegário (1). Foram restabelecidas as seguintes agências: Cruzeiro e E. Oeste.

Aumento e diminuição de cotas: Cachoeiro do Itapemirim, menos 30%; Iacanga mais 100%; Santos, mais 17%.

Suspensão a pedido: Botucatu.

POSTA RESTANTE RIBEIRÃO PRETO. - Carta de Nazareno Ciavatta da-

tada de 10 do corrente.

ARAPONGAS J. M. Filho, com a data de 28 de agosto último, será oportunamente publicado.

De SEBASTIAO FORTU-

NATO recebemos um artigo. Faremos o possível para publicar um resumo do mesmo. Volte a nos escrever sobre a vida e as reivindicações dos camponeses.

PORTO ALEGRE — Lúcio Manoel, a pergunta que você formula no final de sua correspondência será respondida na próxima edição, na seção "Perguntas e Respostas."

NOTA — Nesta primeira quinzena de setembro, o volume das nossas correspondências diminuiu, tanto no que se refere aos fatos gerais como a correspondência especificamente camponesa. Apenas dois dos nossos correspondentes (Campina Grande e João Pessoa) mantiveram inalteradas as suas remessas, não só de dados como de fotografias, o que muito agradecemos.

Esperamos, a partir de agora, novos materiais de todos os nossos correspondentes.



PEDIDA PELO PREFEITO DE B. HORIZONTE

A ENCAMPAÇÃO DA SUBSIDIÁRIA DA "BOND & SHARE"

O prefeito de Belo Horizonte, Sr. Celso Melo de Azevedo, já enviou ao Presidente da República o pedido de encampação da Companhia Força e Luz de Minas Gerais, subsidiária da Bond & Share.

O pedido do prefeito examina todos os aspectos do contrato firmado com a subsidiária, em 5 de outubro de 1929, e solicita a encampação da totalidade da concessão abrangendo o aproveitamento dos recursos de energia elétrica, os bens, as instalações e os serviços utilizados e exercidos, direta ou indiretamente na produção, transmissão, transformação e venda de energia termo ou hidroelétrica no município de Belo Horizonte. Segundo a proposta da Prefeitura, que é acompanhada dos estudos procedidos pela Procuradoria Municipal, a encampação se efetuará mediante pagamento em dinheiro e os serviços serão entregues à municipalidade com todos os bens e instalações pertencentes à concessão.

PREFEITO AO LADO DO POVO

PARA CONTORNAR O OBSTÁCULO

A decisão do prefeito resultou de um movimento que congregou todas as classes e camadas do povo de Belo Horizonte. Como todas as subsidiárias do truste Ianque, a Cia. Força e Luz de Minas Gerais executava na capital mineira a política parasitária de exportar todos os lucros e de não investir capitais em novas instalações. Sendo Belo Horizonte uma das cidades brasileiras de maior desenvolvimento, a concessão de energia elétrica, em caráter monopolista, tornou-se o maior entrave ao seu progresso.

UM NOVO MUNICÍPIO

Tais eram as exigências da indústria e tão forte a posição do truste Ianque, muito favorecido com a política entreguista do governo Dutra, que o então prefeito Américo Gianetti, representante da burguesia industrial, concebeu o plano de desmembramento do município de Belo Horizonte. Criado o município de Andradina, parte do antigo território municipal de Belo Horizonte, ficou fora da área da concessão da Força e Luz (município de Belo Horizonte) e foi possível à CEMIG (autarquia estatal) fornecer energia à indústria de Andradina e também à de

Belo Horizonte, tendo como intermediária no município da capital, a sucursal da Bond & Share.

Foi assim realizada toda uma alteração político-administrativa para retirar da área da concessão um território que acolhesse as novas fábricas, (que recebem energia a tarifas mais baixas), e ainda suprisse a indústria de Belo Horizonte através da intermediária.

O FIM DO CONTRATO E A SUA DENÚNCIA

O prazo da concessão era de 30 anos, ou seja, a expirar em 5 de outubro de 1959. Mas cumpria à Prefeitura, em virtude de cláusula contratual, denunciar o contrato dois anos antes do seu término pois se não o fizesse ficaria o mesmo automaticamente prorrogado por mais dez anos. Até 5 de outubro de 1957, portanto, teria a Prefeitura de denunciar o contrato.

Uniram-se, por isso, todas as forças interessadas, tendo à frente vereadores, industriais, entidades de classe e as

amplas massas da população para exigir do prefeito a denúncia do contrato.

Durante os debates, que tiveram lugar na Câmara, na sede da União dos Varejistas e em praça pública, destacaram-se os representantes do movimento nacionalista que se iniciava em Belo Horizonte.

O povo compreendeu rapidamente que além de não ser necessária para nada a Bond & Share (que em 30 anos não construiu novas instalações) transformara-se num obstáculo ao progresso e revendia com grandes lucros a energia produzida com os capitais públicos.

VITÓRIA PARCIAL

Colocando-se ao lado do povo, em defesa dos interesses da cidade, o prefeito apresentou a denúncia do contrato há cerca de um mês. Trata-se agora de resolver a situação criada, ou seja, o destino das instalações, bens e serviços objeto da concessão que se vai extinguir. Neste sentido, a solicitação agora

A luta do povo da capital mineira atinge a uma nova etapa — A denúncia do contrato foi uma vitória parcial — O truste resistirá com todas as suas forças — Está no Congresso projeto o governo autorizando a reavaliação das instalações — Em todo o país a luta pela encampação

apresentada ao Governo Federal constitui a única solução aceitável: a encampação de tudo que faz parte da concessão, observadas as regras estabelecidas pelo Código de Águas (indenização pelo custo histórico) e sua entrega ao poder municipal, que assumirá os serviços.

RESISTÊNCIA DO TRUSTE

Tendo embora obtido uma importante vitória, com a denúncia dentro do prazo contratual, o povo de Belo Horizonte tem ainda uma árdua batalha pela frente. A campanha para tornar efetiva a encampação terá de ser conduzida com maior vigor e entusiasmo do que a luta vitoriosa pela denúncia.

Será necessária a participação de todas as forças populares e progressistas de Minas Gerais e também o apoio da ampla e crescente frente única nacionalista do povo brasileiro.

Isso porque se trata do primeiro caso de encampação, pedida pelo poder público, na atual fase de luta pela emancipação econômica do país, contra a espolição dos monopolistas Ianques. E esse pedido de encampação surge precisamente quando se encontram no Congresso, encaminhados pelo Governo, vários projetos contendo novos e escandalosos favores aos trustes de eletricidade.

O PROJETO DE "REAVALIAÇÃO" DE INSTALAÇÕES

Entre esses projetos, figura o que foi enviado pela Mensagem 476 de 1-9-56, que visa a modificação do Código de Águas precisamente para fortalecer a posição da "Light" e da "Bond & Share". O projeto permite que as concessionárias "reavaliem" o custo histórico de suas instalações, levando em conta a desvalorização de nossa moeda. Os investimentos anteriores a 1943 teriam o seu valor em cruzéis multiplicado por 5,8, para o efeito de estimativa do custo histórico e para permitir a fixação de novas tarifas (12% sobre o capital assim calculado).

Isso quer dizer que no caso de encampação, como o de Belo Horizonte, o Governo terá de pagar praticamente 6 vezes o valor atual das con-

cessões.

50 MILHÕES PARA PROPAGANDA

Mais concretamente, isso significa que a "Bond & Share" utilizará toda a força de que dispõe o imperialismo, dentro e fora do governo, para evitar a encampação solicitada pela Prefeitura de Belo Horizonte ou, pelo menos, para retardá-la até que seja aprovado o escandaloso projeto que o Sr. Kubitschek enviou com a Mensagem 476 de 1-9-56. Se o projeto for aprovado antes da encampação, receberá a "Bond & Share" seis vezes o capital que lhe seria pago atualmente, relativo ao custo das instalações que possui em Belo Horizonte.

As notícias mais recentes da capital mineira dão conta da decisão dos diretores da subsidiária de empregar uma verba de 50 milhões de cruzéis na propaganda de imprensa e rádio em favor da prorrogação do contrato. São 50 milhões destinados a comprar articulistas e "técnicos" que já iniciaram a demonstração das "vantagens" da prorrogação do contrato ou de um novo contrato em outras bases. Muitas vezes 50 milhões devem ter sido reservados para o suborno nas esferas administrativa e política.

E' perfeitamente compreensível, portanto, que o povo de Belo Horizonte terá de vencer dura luta, tanto mais quanto está em causa um precedente que mostra o caminho a seguir para o movimento nacionalista, para os políticos e administradores patriotas e progressistas de todos os Estados e municípios do país.

A MESMA LUTA EM OUTROS ESTADOS

Em Mato Grosso, o prefeito de Campo Grande, à frente do povo, ocupou a subsidiária da "Bond & Share" e foi nomeada uma Junta Governativa para dirigir a usina. No nordeste e na Bahia mobiliza-se o povo para tirar da "Bond & Share" o odioso privilégio de revender, com lucros extorsivos, a energia produzida pela Hidrelétrica de São Francisco, construída com re-

(CONCLUI NA PÁG. 8)

EM CAMPINA GRANDE,

Fôrças Armadas e Estudantes Desfilaram no 7 de Setembro

CONSAGRAÇÃO POPULAR AS ALEGORIAS PATRIÓTICAS, ESPECIALMENTE A GRANDE TÔRRE DE PETRÓLEO COM DISTICOS NACIONALISTAS

O desfile do 7 de Setembro, em Campina Grande, constituiu eloquente demonstração patriótica do povo daquela progressista cidade paraibana. Mais de 20.000 pessoas se concentraram para aplaudir os colégios, escolas e fôrças armadas que desfilaram no dia da Independência.

Juntamente com o 3º Batalhão Ferroviário, sediado na cidade, desfilaram a Escola Técnica Municipal, o Colégio Estadual, o Colégio Alfredo Dantas, os Grupos Escolares, as Escolas Primárias, o

Grupo de Ciclistas, o Clube de Motociclistas e os Vaqueiros Nordestinos. Diversas alegorias foram apresentadas e recebeu verdadeira consagração popular uma grande tôrre de petróleo com dizeres alusivos às lutas nacionalistas de nosso povo pela Petrobrás, Volta Redonda, Minérios Atômicos, Electrobrás etc.

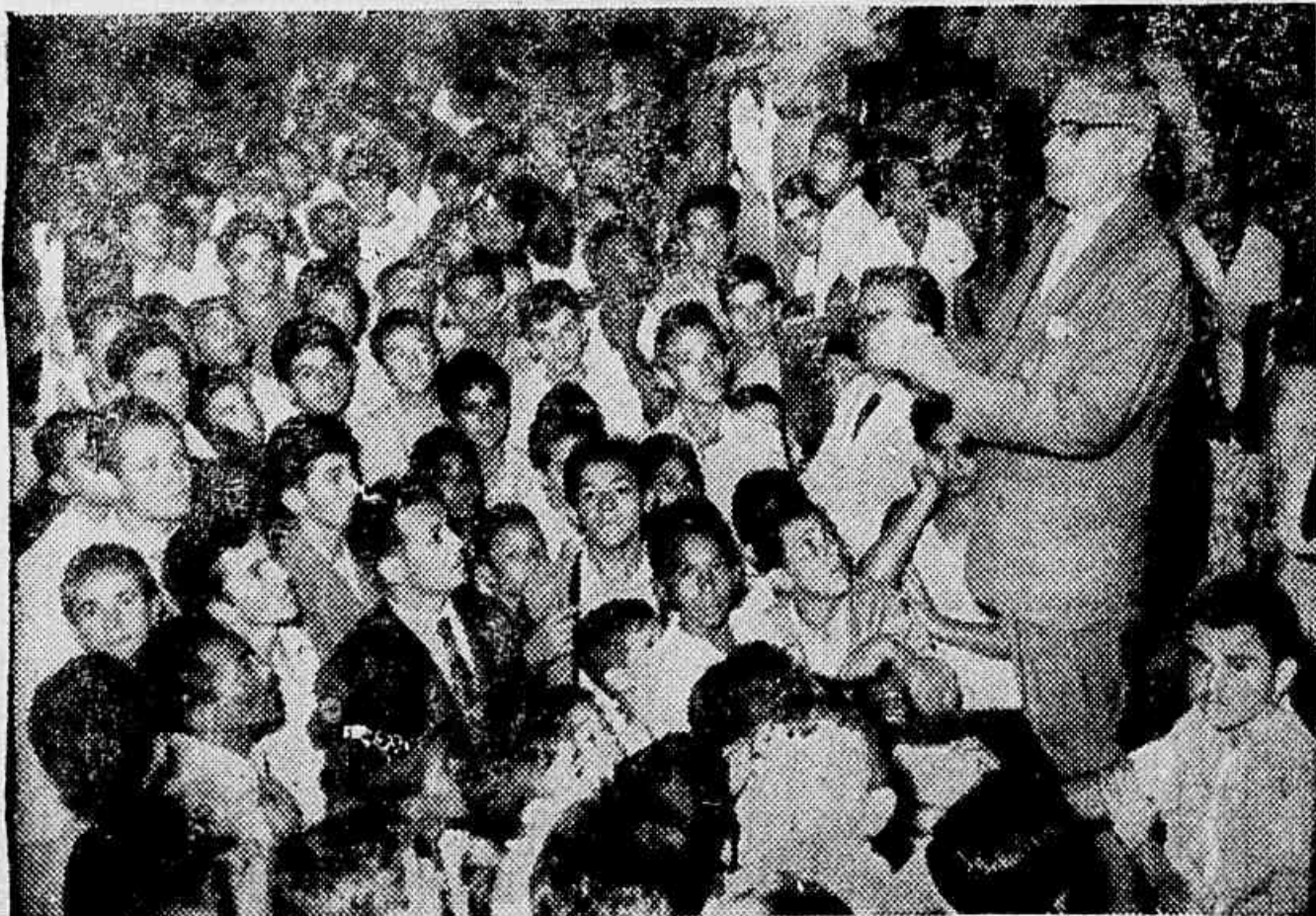
O desfile estudantil, ao lado das fôrças armadas, foi patrocinado pela Frente Nacionalista, Diretórios Estudantis, Professores e Vereadores e foi realizado graças ao movimen-

to de opinião que se formou contra a campanha impatriótica da Rádio Borborém (Emissoras Associadas) que tudo fez para impedir o desfile. Foi mesmo realizada grande manifestação no dia 5 de setembro, quando mais de 1.000 estudantes conduziram pelas ruas da cidade cartazes e faixas exigindo das autoridades e dos Diretores de colégios a realização do desfile de 7 de Setembro. Grande comissão visitou o Governador, o Prefeito e os diretores de colégios, obtendo a autorização para o desfile e a partici-

pação dos colégios.

Na noite de 7 de setembro tiveram lugar, em vários pontos da cidade, festas populares comemorativas da Independência e nos salões do Paulistano Esporte Clube foi pronunciada uma conferência pelo estudante Josué Sylvestre.

As manifestações patrióticas de Campina Grande foram uma expressão do fortalecimento do amplo movimento nacionalista do povo paraibano, que se vem congregando em torno de figuras de relevo da vida política, sindical, estudantil e econômica do Estado.



Reunido nos estudantes em praça pública, o prefeito de Campina Grande, sr. Elpidio Almeida, autoriza a participação da Escola Técnica municipal nos desfiles do dia 7.



Em vigorosa demonstração de massas, os estudantes e o povo de Campina Grande exigiram a realização da Parada do 7 de Setembro.